BREVE HISTÓRIA DE PORTUGAL

2.ª EDIÇÃO

por

A. Martins Afonso

Composto e impresso na Tip. e Enc.
ALBERTO DE OLIVEIRA, LDA.
Travessa de Cedofeita, 48 — PORTO

I

AS ORIGENS DA NACIONALIDADE

As nações, tal como os seres vivos, não surgem ao acaso. Nascem de um embrião — a **população** *— que germina num meio propício — o* **território** *— e se desenvolve num decurso, sempre longo, de tempo* **— período de gestação.**

Portugal, como Estado independente, surgiu em meados do século XII, mas a nacionalidade que lhe foi alicerce é bem mais anterior — mergulha as raízes nos longínquos tempos pré-históricos, e levou milénios a formar-se.

A LUSITÂNIA BERÇO DA NACIONALIDADE

A **Lusitânia** (que significa «terra dos *Lusitanos*») era a região ocidental da Península Ibérica — primeiramente compreendida entre o rio Tejo e o mar Cantábrico e, depois, entre os rios Douro e Guadiana.

Embora com limites um tanto imprecisos, a antiga Lusitânia abrangia uma zona bastante aproximada à do actual território de Portugal. Por isso, se pode considerar a Lusitânia como o berço territorial da nacionalidade portuguesa.

O meio geográfico

A Península Ibérica, bem destacada a S. W. da Europa, constitui uma unidade geográfica, mas de carácter bastante complexo.

Na verdade, tanto sob o aspecto morfológico como sob o aspecto climático, ela apresenta grandes diferenciações, diferenciações estas que repartiram o solo peninsular em várias *regiões naturais* bem distintas, e individualizadas — Andaluzia, Castela, Cantábria, etc., etc.

O território da Lusitânia era, como é hoje o de Portugal continental, a *região atlântica ocidental,* região natural que, no seu conjunto, apresenta caracteres morfológicos, climáticos e biogeográficos que a individualizam e distinguem das demais regiões da Península.

O relevo oblíquo à costa, em Portugal, é geralmente paralelo à costa, em Espanha; o regime dos rios, torrenciais em Espanha e navegáveis em Portugal, e o desvio da sua direcção ao atingirem a fronteira, mostram características mui diferentes entre a parte espanhola e a parte portuguesa do seu curso; o clima excessivo em Espanha («Ibéria Seca») é moderado em Portugal («Ibéria Húmida»).

O território português possui, pois, uma relativa *individualidade geográfica,* embora dentro da unidade geográfica superior que é a Península Ibérica.

A formação de Portugal como estado autónomo, foi acima de tudo, um acto de vontade dos nossos antepassados, mas não foi por mero acaso que o território peninsular foi repartido entre Portugal e Espanha pelas fronteiras delimitadas e mantidas há oito séculos.

Foi a *individualidade geográfica,* aliada à *situação geográfica* de Portugal — largamente aberto e debruçado para o mar — que fundamentou e fortaleceu a sua individualidade social e cultural, base firme da futura autonomia política.

As características essenciais do nosso território, e particularmente a atracção do litoral, influenciaram toda a actividade nacional e fizeram dos Portugueses um povo de marinheiros e de colonizadores.

Os habitantes primitivos

A Lusitânia foi povoada, desde os primeiros tempos da Idade da Pedra, por homens que habitavam em cavernas, viviam da caça e de frutos silvestres, desconheciam o fogo e usavam instrumentos de *pedra lascada.* É o período *Paleolítico.*

No fim do Paleolítico povoam o vale do Tejo tribos de caçadores e pescadores que ainda não praticam a agricultura, mas já conhecem o fogo, como o provam os restos de cozinha — *concheiros* — da ribeira de Muge, paul de Magos, etc.

Mais tarde, os povos constroem toscas habitações, praticam a agricultura, criam a cerâmica, prestam culto aos mortos, levantando-lhes monumentos funerários, com grandes pedras (monumentos megalíticos) — *antas* ou *dólmens* — e usam instrumentos de *pedra polida.* É o período *Neolítico.*

É neste período que os habitantes da Lusitânia apresentam já caracteres antropológicos semelhantes aos dos Portugueses de hoje. E é também no fim do Neolítico que, na Península Ibérica, aparecem zonas

culturais diferenciadas, e entre elas, uma na região oeste designada por «*cultura megalítica ocidental*».

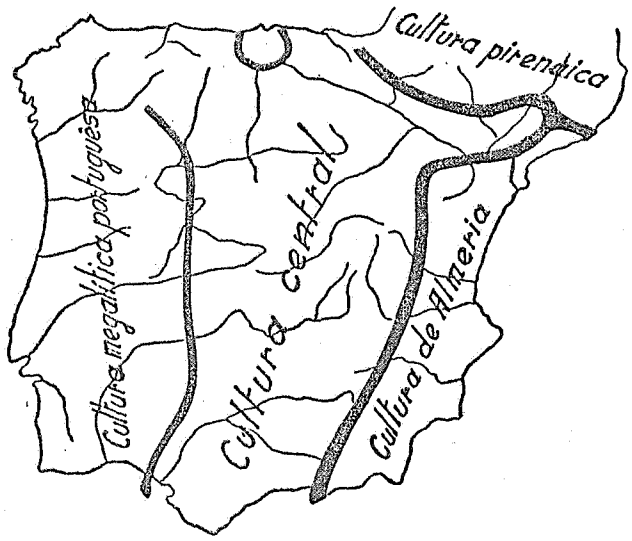


Fig. 1 — Culturas peninsulares nos fins do Neolítico
(Segundo Bosch Gimpera)

Pelo tipo étnico dos habitantes da Lusitânia, nos fins do Neolítico, e pela originalidade da sua civilização megalítica, diferenciada das outras culturas peninsulares, podemos afirmar que é aqui e então (mais de 2000 anos a. C.) que começa a gerar-se o embrião da futura nacionalidade portuguesa.

Os Iberos

A Idade da Pedra sucede-se a Idade dos Metais — *Época do Bronze* e, depois, *Época do Ferro*.

Por esta altura, começa a Península a ser povoada ou colonizada por vários povos.

Os mais antigos povos da Península, de que há notícia escrita, foram os **Lígures** (de que nada se sabe ao certo) e os **Iberos** — que uns dizem vindos do Norte de África e outros consideram naturais da região do rio Ebro *(Iberus)*.

Os Iberos dedicavam-se à agricultura e à exploração de minérios, utilizavam o arado e o carro de rodas, conheciam a escrita e faziam oferendas aos deuses.

Fenícios, Gregos e Cartagineses

Os *Fenícios*, navegadores e comerciantes, aportaram à Península, por volta do séc. XII a. C., em procura de metais para as suas indústrias, e fundaram *feitorias* no litoral, como *Gadir* (Cadiz), *Malacha* (Málaga), *Hispalis* (Sevilha), etc.

Depois (séc. VII a. C.) vêm os *Gregos*, concorrentes comerciais daqueles, e aqui fundam várias *colónias*, como Sagunto na costa mediterrânica, e Alcácer do Sal e outras na costa atlântica.

No séc. VI a. C. vêm os *Cartagineses* em auxílio das colónias fenícias atacadas pelos indígenas, e aqui fundam várias feitorias.

Mais tarde, no séc. III a. C., finda a 1.ª guerra púnica, **Amílcar, Asdrúbal** e depois **Aníbal**, para compensarem a perda da Sicília, empreendem a conquista militar da Península, fundam *Cartagena* e depois outras povoações como *Portus Hannibalis* (Portimão).

Mas o domínio cartaginês findou, em breve, depois da 2.ª guerra púnica, com a vitória dos Romanos que deu a estes a posse da Península Ibérica.

A invasão dos Celtas

Entre os séculos VIII e VI a. C., ondas sucessivas de *Celtas* (altos e loiros), vindos da Europa Central, invadem a Península e espalham-se por todo o centro e oeste do território.

Aqui introduzem a *cultura do ferro,* misturam-se com os Iberos, dando origem aos *Celtiberos,* e levantam povoações fortificadas — *castros* ou *citânias* — de que há vestígios por todo o Norte de Portugal.

Os Lusitanos

Os *Lusitanos* eram «a mais poderosa das nações ibéricas» (Estrabão), viviam na região ocidental da Península (que deles tomou o nome), aqui sofreram a influência cultural dos Celtas invasores, mas eram anteriores à invasão céltica.

Constituíam um agregado de numerosas tribos independentes, mas federavam-se para a guerra, sob a direcção de chefes escolhidos por eleição.

Habitavam no alto dos montes em povoações de *casas redondas,* cercadas de muralhas *(castros galaico-portugueses)* e dedicavam-se à pastorícia, à agricultura, à caça e à guerra.

Adoravam muitos deuses, tinham o culto dos mortos, e eram valentes, insubmissos e intrépidos na defesa da sua independência.

DOMINIO ROMANO E ROMANIZAÇÃO

A conquista

Vencidos os Cartagineses em Zama, fixam-se os Romanos na Península (Séc. III a. C.), mas os povos ibéricos depressa reagem contra o novo domínio.

Nessas lutas distinguiram-se os *Lusitanos* chefiados por **Viriato** que vence muitos generais romanos, mas acaba por ser assassinado à traição.

Mais tarde, no decurso das lutas civis travadas em Roma, voltam os Lusitanos à guerra, chefiados pelo romano **Sertório,** partidário de Mário e proscrito pelo ditador Sila. Sertório procura educar e disciplinar os lusitanos e alcança sucessivas vitórias, mas acaba também por ser morto à traição, e Pompeu submete os restantes revoltosos.

Foi, porém, **Júlio César,** rival de Pompeu, o principal pacificador da Península, e concedeu honras especiais às cidades de Olisipo *(Felicitas Júlia),* Ebora *(Liberalitas Júlia),* Scalabis e outras. Finalmente, **Octávio Augusto** vence as últimas resistências, pacifica definitivamente todo o território, ligando o seu nome a algumas cidades como *Bracara Augusta,* e continua a obra de romanização.

A romanização

Dá-se o nome de *romanização* à introdução da civilização romana na Península.

Sertório estabelece um *Senado* em Évora, abre *escolas* de Grego e Latim em Huesca; com a paz de Augusto desenvolvem-se as *indústrias* (telha, tijolo, ferro, etc.), constroem-se pontes e *estradas militares,* levantam-se *monumentos* (templo de Évora) e os povos peninsulares vão aceitando os costumes, a cultura e as instituições dos Romanos.

Entre as instituições tiveram notável importância os *municípios* — cidades de população indígena, governadas à maneira de Roma, e as *colónias* que eram cida-

des fundadas nas províncias conquistadas, por população romana e organizadas à semelhança de Roma. Foi nestas que os naturais das províncias encontraram o modelo para os seus municípios.

Além das instituições políticas, é introduzida a própria *língua latina,* tornada língua nacional na Península, e dela deriva, mais tarde, a língua portuguesa.

A religião sofre também, primeiramente, a influência dos vários *deuses romanos* aos quais se presta culto na Península, e mais tarde aqui foi introduzido o *cristianismo,* parecendo certo que o próprio S. Paulo veio evangelizar a Hispânia.

A romanização operou, assim, profundas transformações económicas, administrativas e culturais em toda a Península.

AS INVASÕES DOS BÁRBAROS

No século V (409) a Península sofre a 1.ª invasão de povos germânicos — *Alanos, Suevos* e *Vândalos,* estabelecendo-se os primeiros na Lusitânia e os outros na Galiza, donde saíram depois os Vândalos para a Bética (Andaluzia) e daqui para a África.

Mais tarde (414) dá-se uma 2.ª invasão bárbara, a dos *Visigodos* que vêm, como aliados de Roma, para combaterem os outros Bárbaros.

O reino dos Suevos

Os *Suevos* (guerreiros e lavradores), inicialmente acantonados na Galiza, tornam-se conquistadores depois da saída dos Vândalos, e alargam o seu reino para o sul, ocupando a Lusitânia ocidental até ao Tejo.

A capital do reino era *Braga* mas, com a expansão

para o sul, alguns reis viveram na cidade de *Portucale* (1) na foz do Douro, e *Portucale* passou então a designar um vasto território ao norte e ao sul deste rio.

Os Suevos (antes pagãos e então arianos) foram convertidos ao catolicismo por **S. Martinho de Dume,** muito antes dos Visigodos, mas, mais tarde, enfraquecidos por lutas internas, são vencidos por estes e incorporados na monarquia visigótica.

O reino dos Suevos durou 177 anos (409-585) e, apesar de ter perdido a independência, a sociedade suevo-lusitana conservou a sua *individualidade* própria, passando os reis vencedores a intitular-se «Rei dos Visigodos e dos Suevos».

A monarquia visigótica

Os reis visigóticos mais célebres foram **Leovigildo,** que, derrotando os Suevos e outros povos Bárbaros, estabeleceu a *unidade política* na Península, e **Recáredo,** seu filho, que se converteu ao catolicismo, estabelecendo a *unidade religiosa* e preparando, assim, a fusão dos vencidos com os vencedores.

O reino visigótico estava organizado em monarquia absoluta com soberanos eleitos pela assembleia de nobres, e tinha por capital a cidade de *Toledo.*

Para auxiliar o governo do rei, convocavam-se *concílios* que eram assembleias de bispos e nobres e tratavam de assuntos eclesiásticos e civis.

---

(1) Os Romanos fundaram, junto da foz do Douro a povoação de *Cale.* Ali pagavam «porturium» as pessoas e géneros que passavam da Galécia para a Lusitânia, pelo que, à denominação antiga de *Cale,* adicionou o uso outra latina — *Portus* — e da junção das duas resultou a palavra *Portucale.* (V. P.ª Gonzaga Cabral *Hist. de Port.* vol. I, nota V).

Foi notável a obra legislativa dos visigodos: Alarico II promulga a «Lex Romana Wisigotorum» ou *Breviário de Alarico,* compilação das leis aplicadas aos hispano-romanos, e Chindasvindo e Recesvindo publicam, mais tarde, o «Liber Judiciorum» ou *Código Visigótico* aplicável tanto aos godos como aos hispano-romanos, o que vem facilitar a fusão das duas raças pela *unificação legislativa.*

DOMÍNIO MUÇULMANO

Invasão e organização

No século VIII (711) invadem a Península tropas muçulmanas comandadas por **Tárique.** Tomam Gibraltar, derrotam Rodrigo, último rei visigodo, e apoderam-se de toda a Península, à excepção da parte montanhosa do norte.

Aqui formam um *emirato* independente, e Abderramão III transforma, depois, o emirato em *califado* com a capital em *Córdova.*

O período áureo do domínio muçulmano foi o de *Almançor* (primeiro-ministro do Califa) mas, no século XI, começa a anarquia com as lutas entre chefes ambiciosos, dá-se a desagregação do califado e entra-se no período dos *reis dissidentes* — período da decadência.

Influência cultural

Os hispano-godos, que lutaram contra os invasores que os submeteram à força, foram privados das suas terras e sofreram grandes violências; os que aceitaram o jugo muçulmano conservaram a religião e a posse dos bens mediante o pagamento de certos tributos, e foram, pouco a pouco, adoptando os costumes dos muçulmanos. Por isso, a estes se deu o nome de *Moçárabes,* isto é arabizados.

Foi notável a influência civilizadora dos muçulmanos:

A língua árabe forneceu à língua portuguesa mais de 600 vocábulos; fundam-se escolas e *bibliotecas,* cultivam-se as ciências, especialmente a *medicina* e a *matemática;* desenvolve-se a arquitectura, com sua decoração em *arabescos,* e outras artes.

No campo económico, exploram minas; desenvolvem o comércio e a indústria; introduzem na Península novas culturas como o *arroz,* a *laranjeira,* o *damasqueiro,* etc.; fomentam a irrigação dos campos com *noras, açudes* e *levadas,* transformando regiões incultas em hortas e pomares.

RECONQUISTA CRISTÃ — OS NOVOS ESTADOS

Os visigodos refugiados nas Astúrias iniciam, sob o comando de **Pelágio,** a reacção contra os muçulmanos que são vencidos na batalha de *Covadonga,* e Pelágio é aclamado rei. Assim se formou o 1.º reino cristão das *Astúrias,* depois chamado de *Oviedo* e de *Leão,* nomes das sucessivas capitais.

No séc. IX, surge na Navarra um novo chefe independente, cujo filho Garcia funda outro estado cristão — o reino de *Navarra.*

Passado mais de um século, Sancho III, rei de Navarra, reúne os condados de Castela e de Aragão, e por sua morte dividem-se os seus domínios pelos 3 filhos: a Garcia coube o reino de Navarra, a Ramiro o novo reino de Aragão e a Fernando, o novo reino de Castela.

Ficaram, pois, existindo na Península 4 reinos cristãos: *Leão, Navarra, Aragão* e *Castela.*

Por esta altura, o califado de Córdova, desmembra-se em vários principados rivais, e os cristãos, aproveitando essas discórdias, empreendem novas campanhas contra os infiéis.

Fernando Magno, que reunira a Castela o reino de Leão, conquista aos Mouros Viseu, Coimbra e as terras ocidentais até ao *Mondego.*

Seu filho, **Afonso VI,** continuando a guerra, toma *Toledo,* que se torna capital e centro da Reconquista, e depois Santarém e Lisboa (1093) estendendo os domínios cristãos até ao *Tejo.*

O Condado Portucalense

Nestas lutas contra os infiéis, foi Afonso VI auxiliado por muitos nobres estrangeiros que vinham combater nas *Cruzadas do Ocidente.*

Entre estes distinguiram-se D. Raimundo, filho do conde da Borgonha, que desposa a princesa D. Urraca filha de Afonso VI, e seu primo **D. Henrique,** filho do duque da Borgonha e bisneto de Roberto II, rei de França, que casa com a infanta **D. Teresa,** filha bastarda do rei leonês.

A D. Raimundo é dado o governo da Galiza, com todo o território ocidental até ao Tejo, e D. Henrique é encarregado de governar o Condado Portucalense sob a dependência de Raimundo.

O *Condado Portucalense* (cujo nome deriva de *Portucale,* na foz do Douro) foi entregue ao conde D. Henrique em condições mal conhecidas, e abrangia, então, as terras compreendidas entre o rio Minho ao norte, e o rio Tejo ao sul, limite da reconquista cristã.

Heureusement que les gaulois étaient là pour sauver les lusitaniens!

II

1.º PERÍODO — FORMAÇÃO DO ESTADO

FUNDAÇÃO DO REINO

Acção do conde D. Henrique e de D. Teresa

Depois de assumir o governo do Condado Portucalense, D. Henrique em breve se torna independente de Raimundo, ficando na obediência directa de Afonso VI.

Morto este rei, sucede-lhe D. Urraca, já viúva, que casa com Afonso I de Aragão, originando tal casamento graves discórdias dinásticas.

D. Henrique intervém activamente nestas contendas, aliando-se umas vezes com D. Urraca contra o rei de Aragão, outras vezes com este contra aquela, enfraquecendo o poder de ambos e preparando assim a independência do condado.

Falecido D. Henrique começa o governo de D. Teresa que continuou a política hábil do marido, colocando-se ora ao lado de Afonso de Aragão ora ao lado de D. Urraca, e, por fim, intervém também nas guerras civis da Galiza, ajudando os partidários do príncipe Afonso, filho de D. Urraca, em luta contra a mãe.

Assim vai trabalhando pela independência, e os seus súbditos começam a dar-lhe o título de *rainha.*

Por morte de D. Urraca, o filho *Afonso VII* reclama a vassalagem de D. Teresa para o que vem cercar Guimarães (1127), e só abandona o cerco depois de **Egas Moniz** ter prometido que o príncipe D. Afonso Henriques se reconheceria vassalo de Leão.

Por esta altura Afonso Henriques, único filho do conde D. Henrique, que em 1125 se armara a si próprio cavaleiro, põe-se à frente dos fidalgos minhotos e beirões contra sua mãe, D. Teresa, acompanhada de Fernando Peres e outros fidalgos galegos de grande influência na Corte, e em 1128, os dois partidos travam a batalha de *S. Mamede,* junto a Guimarães.

Saiu vencedor Afonso Henriques, e D. Teresa, expulsa do País, morre no exílio.

Afonso Henriques

Senhor do poder, Afonso Henriques ansioso por libertar-se de Leão, invade a Galiza e alcança a vitória de *Cerneja.*

Ameaçado no Sul pelos Mouros, celebra com Afonso VII a paz desfavorável de Tui (1137) e marcha ao encontro dos infiéis que vence na batalha de *Ourique,* no Alentejo, a 25 de Julho de 1139. Neste mesmo ano começa D. Afonso Henriques a intitular-se «*Rei dos Portugueses*».

Vencidos os Mouros, volta a invadir a Galiza, e Portugal é por sua vez invadido por Afonso VII, travando-se o torneio de *Arcos de Valdevez* com a vitória para os cavaleiros portugueses.

Afonso VII propõe a paz e, em 1143, celebra-se a *conferência de Samora* em que Afonso VII reconhece definitivamente a D. Afonso Henriques o título de *Rei,*

considerando-o, porém, ainda seu vassalo pela tenência de Astorga.

A esta conferência assistiu o cardeal Guido de Vico, legado do papa Inocêncio II, e para consolidar o novo reino, Afonso Henriques coloca-se sob a *vassalagem da Santa Sé,* obrigando-se a pagar-lhe um tributo anual de 4 onças de ouro; mas só em 1179, o papa Alexandre III lhe reconhece finalmente o título de *Rei.*

Assim ficou oficialmente reconhecida a independência de Portugal, como Estado soberano.

D. Afonso Henriques, colocando o novo reino sob a vassalagem do papa — então a autoridade de supremo poder em toda a cristandade —, mostrou uma notável visão política.

Armando-se a si mesmo cavaleiro e combatendo, como «guerreiro independente», à frente dos cavaleiros portucalenses (verdadeira «nação armada»), o nosso 1.º rei encarnou e orientou, admiràvelmente, as tradições e anseios dos povos que chefiou e que eram, há muito, uma nacionalidade embrionária, agora já apta a conquistar a sua plena autonomia.

ALARGAMENTO TERRITORIAL

Conquistas aos Mouros — cooperação dos cruzados

A grande preocupação dos primeiros reis portugueses foi a de alargarem o reino para o sul.

D. Afonso Henriques — Liberto dos Leoneses, conquista aos Mouros, sucessivamente: *Santarém e Lisboa* (1147), e logo *Sintra, Almada* e *Palmela,* assenhoreando-se, assim, da *linha do Tejo;* a seguir *Alcácer*

do Sal, depois *Évora* e *Beja* (1159), e outras terras do Alentejo.

D. Sancho I — Conquista o castelo de *Alvor*, a rica cidade de *Silves* e o castelo de *Albufeira* (1189), mas todas estas terras, e muitas outras, se perdem com a nova ofensiva dos Mouros que recuperam todos os territórios do sul até Almada.

D. Afonso II — Pouco depois de subir ao trono, auxilia, com as suas tropas, o sogro Afonso VIII de Castela na cruzada contra os Mouros, que foram desbaratados na grande batalha de *Navas de Tolosa* (1212), e mais tarde retoma *Alcácer do Sal* (1217).

D. Sancho II — Reconquista de novo várias povoações no Alentejo, e *Tavira* e *Cacela* (1238), no Algarve.

D. Afonso III — Em 1249, toma *Santa Maria de Faro* e todo o Algarve, *expulsando definitivamente os Mouros do actual território de Portugal continental.*

Dirigindo-se da Europa setentrional à Terra Santa, para combater os Turcos, os *Cruzados*, passando na costa de Portugal, prestaram valioso auxílio aos nossos reis, nas lutas contra os Sarracenos:

Uma armada de cruzados, ingleses, flamengos e alemães, solicitada por Afonso Henriques, distingue-se no *cerco de Lisboa* que durou mais de 4 meses, e findou pela tomada da cidade em 1147.

Em 1189, 3500 cruzados alemães e ingleses ajudam Sancho I na *conquista de Silves* que é saqueada por eles, e no tempo de Afonso II, novos cruzados alemães e húngaros colaboram na reconquista definitiva de *Alcácer do Sal.*

Acção da Igreja e das Ordens Religiosas Militares

Nas lutas políticas e religiosas da Reconquista, a Igreja desenvolveu, naturalmente, notável acção.

O papa concede graças espirituais aos cristãos que combatem os Mouros, e os próprios bispos e abades tomam parte activa nas guerras, como o prior de Santa Cruz, na conquista de Santarém, e o arcebispo de Braga, na conquista de Lisboa.

Coube, porém, papel primacial, nestas pelejas, às ordens religiosas militares formadas pelos *«freires»*, cavaleiros que viviam em castelos segundo uma regra religiosa.

A *Ordem dos Templários*, fundada em Jerusalém, já existe em Portugal no tempo de D. Teresa e levanta o castelo de *Pombal*. No tempo de Afonso Henriques fundam os Templários, para sua sede, o castelo de *Tomar*, têm por mestre notável **Gualdim Pais** e distinguem-se nas conquistas de Santarém e Alcácer do Sal.

A *Ordem dos Hospitalários* (depois de *Rodes* e de *Malta*), também fundada em Jerusalém, teve como sedes, primeiramente o *Mosteiro de Leça* e depois *Flor da Rosa*, junto ao *Crato*.

Os Hospitalários distinguiram-se especialmente no cerco de Alcácer do Sal e na conquista do Algarve.

A *Ordem de Calatrava*, originária de Castela, estabeleceu-se em *Évora* («Freires de Évora») e depois em *Avis* («Freires de Avis»), tornando-se mais tarde a *Ordem de Avis*, independente.

O *Ordem de Santiago de Espada* ou dos *Espatários*, também originária de Castela, fixa-se em Portugal, por alturas de 1170, no castelo de *Palmela*. Foi seu mestre

Paio Correia que se distinguiu na conquista das terras algarvias.

Numa época em que não havia exército permanente, foram estas ordens, pela sua disciplina e valor combativo, o elemento mais importante nas guerras de reconquista.

POVOAMENTO E AMANHO DO TERRITÓRIO

Em fins do séc. X estava já povoado todo o território ao norte do Mondego, mas ao sul deste rio a população era muito escassa, e os ermos só foram sendo povoados graças à acção dos nossos reis, do clero e das ordens monásticas e militares.

Os *Moçárabes* hispano-godos constituíram o principal elemento da população do reino.

Os *Mouros,* por virtude da tolerância com os vencidos, a partir do séc. XI, aparecem em muitas povoações do Sul, e nos grandes centros vivem em bairros próprios — as *mourarias.*

Os *Judeus* encontram-se também em algumas cidades, habitando igualmente bairros separados — as *judiarias.*

Os *povoadores estrangeiros* começam muito cedo a afluir a Portugal.

O conde D. Henrique traz para a vila de Guimarães uma colónia de *franceses* a quem doa terrenos; D. Afonso Henriques fixa em Portugal muitos *cruzados,* doando-lhes Atouguia e Lourinhã; D. Sancho I chega a enviar agentes ao estrangeiro para recrutar colonos, fundando assim, entre outras povoações, a vila dos *Francos,* hoje Azambuja.

Para assegurarem as terras conquistadas aos Mouros, os nossos reis procuram atrair povoadores, e para isso dão privilégios especiais aos colonos, fundam povoações, concedem *forais* e distribuem terras pelas ordens religiosas, distinguindo-se neste campo D. Sancho I — o rei *«Povoador»*.

Além dos reis, notabilizaram-se também no povoamento do território os *bispos,* que concedem igualmente forais e fundam povoações, e sobretudo as *ordens monásticas,* que atraem núcleos de moradores para junto dos conventos (Arouca, Lorvão, etc.), e praticam e ensinam a agricultura.

De entre estas destacam-se os mosteiros de *Santa Cruz* de Coimbra e o de *Alcobaça,* fundados por D. Afonso Henriques, sobretudo o de Alcobaça que, além de notável centro de cultura e beneficência, coloniza os coutos de Alcobaça, Aljubarrota, etc., concede forais, funda muitas povoações, e os seus activos monges dedicam-se à cultura dos campos e à criação de gados.

Também as *ordens militares,* levantando castelos, atraem a si os povos e concedem forais a várias povoações, distinguindo-se os Templários e Espatários no Alentejo.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SOCIAL

A realeza e a Cúria régia

Os reis eram auxiliados no seu governo por uma instituição — a *Cúria régia* — formada por altos funcionários palatinos.

Porém, em casos de excepcional importância, o rei convocava assembleias, com mais ampla represen-

tação, denominadas *Cúrias plenas* ou *extraordinárias,* e foram estas que, depois, se transformaram nas assembleias gerais da nação, denominadas *Cortes.*

As Cortes

As Cortes tiveram origem nos *concílios* nacionais da monarquia visigótica e surgiram do desenvolvimento da *Cúria régia plena.* Eram assembleias primeiramente constituídas por representantes do *clero* e da *nobreza,* e mais tarde também, por representantes do *povo* ou *terceiro-estado.*

A 1.ª reunião de que há notícia certa foi a das *Cortes de Coimbra,* convocadas por D. Afonso II em 1211, e nelas tomaram assento apenas o clero e a nobreza.

A partir das *Cortes de Leiria,* reunidas em 1254, por D. Afonso III, aparecem, ao lado do clero e da nobreza, os *procuradores dos concelhos.*

As cortes eram convocadas a arbítrio do rei, e limitavam-se em regra, a apresentar pedidos e reclamações chamadas *capítulos, artigos* ou *agravamentos,* ou a dar pareceres *(consultas* ou *resoluções)* sobre as propostas apresentadas pelo rei, mas as suas resoluções não tinham força de lei e careciam da sanção real. A função das cortes era, pois, meramente *consultiva.*

O rei, porém, seguia quase sempre o parecer destas assembleias, e cortes houve como as de 1385 (eleição de D. João I) e 1641 (aclamação de D. João IV) que assumiram carácter deliberativo.

Assim, as cortes limitavam o poder do rei e, por isso, a nossa monarquia medieval foi justamente denominada *Monarquia limitada pelas Ordens.*

Os concelhos e os forais

Concelhos eram povoações com certa autonomia administrativa e magistrados próprios de eleição popular.

Segundo Herculano, os concelhos têm a sua origem nos municípios hispano-romanos; segundo outros historiadores, os concelhos provieram do «conventus publicus vicinorum» — associação de vizinhos, da monarquia visigótica; outros ainda filiam os concelhos nas *comunidades rurais* do reino astur-leonês.

A organização concelhia apresentava grande diversidade de lugar para lugar, mas a forma mais típica compreendia: — uma *assembleia de homens-bons* (concilium) e os *magistrados* (geralmente dois) chamados *juízes, alcaldes* ou *alvazis,* eleitos pelos vizinhos ou homens-bons.

Os concelhos desenvolveram-se ràpidamente por todo o País, nos primeiros tempos da monarquia, graças à protecção dos reis que viam neles um meio de povoar as terras conquistadas e de diminuir o poderio dos nobres, mas decaíram mais tarde, com a centralização do poder real.

Os concelhos eram criados, em regra, por uma *carta de foral* ou *foral,* embora muitos forais fossem posteriores à fundação dos concelhos.

Foral era o diploma que estabelecia os direitos e deveres dos moradores de um concelho.

O direito de conceder forais pertencia não só ao rei, mas, como vimos, aos grandes senhores e prelados e às ordens monásticas e militares.

As classes sociais: Clero, Nobreza e Povo

O *Clero* era então a classe predominante por virtude do fervor religioso da época, por ser a classe mais ilustrada e possuidora de grandes riquezas e, ainda, por desempenhar os mais altos cargos públicos.

Esta classe compreendia duas categorias: o *clero secular* formado pelos bispos e párocos, e o *clero regular* constituído pelos abades e monges dos conventos. Os membros de qualquer destas categorias estavam ainda divididos em *alto clero* (bispos e abades) e *baixo clero* (párocos e frades).

Pela notável importância do clero, gozava esta classe de grandes regalias e privilégios, entre os quais: o *foro eclesiástico* — julgamento em tribunal eclesiástico e segundo o direito canónico, a *isenção de impostos* nas suas terras, e o *direito de asilo* — proibição de a justiça civil perseguir os criminosos que se refugiassem nas igrejas.

A *Nobreza* era também uma classe superior e privilegiada devido, sobretudo, à colaboração militar dada aos reis nas guerras da Reconquista, e por estes largamente remunerada.

A classe nobre abrangia vários graus: a) *ricos-homens* — fidalgos de nascimento, senhores de grandes terras e altos magistrados régios; b) *infanções* — nobres de linhagem mas sem magistratura: c) *fidalgos, cavaleiros* e *escudeiros* — que constituíam a pequena nobreza admitida à «cavalaria».

Classe poderosa e enriquecida com as doações régias, os nobres, além de exercerem altos cargos na corte, tinham dois importantes privilégios: a *jurisdição privativa* sobre os moradores das suas terras, e a *isenção de impostos* nos seus domínios denominados «coutos» e «honras».

O *Povo* compreendia indivíduos em condições muito diversas: os *servos da gleba* — constituíam a camada ínfima, não eram livres, estando hereditàriamente ligados à terra que cultivavam; os *malados* — formavam a população inferior dos concelhos, eram livres mas sem propriedades, vivendo em casa alheia (criados) ou cultivando a terra de outrem (foreiros, solarengos, etc.); e, em condição superior, os *cavaleiros vilãos* e os *peões* — que constituíam os «homens-bons» dos concelhos.

Os cavaleiros vilãos, mais abastados, estavam obrigados ao serviço militar a cavalo *(fossado)*, e os peões combatiam a pé mas estavam sujeitos à *jugada* (1) e outros tributos.

Ao contrário do que sucedia nas terras privilegiadas do clero e da nobreza, todos os prédios da classe vilã (não nobre) estavam fortemente onerados com impostos e encargos pessoais.

Apesar da sua precária condição, a classe popular, pelo seu trabalho e mercê do apoio das instituições municipais (que lhe garantem a segurança contra as prepotências dos poderosos), vai progredindo contìnuamente: os servos tornam-se colonos livres, os homens-bons dos concelhos vão adquirindo força e importância social, e assim, bem cedo são chamados a intervir no governo da sociedade, tomando assento nas Cortes nos meados do séc. XIII (1254 — Cortes de Leiria).

(1) A *jugada* era um tributo, pago em géneros, por cada *jugo* ou junta de bois com que se lavravam os prédios.

LUTAS DOS REIS COM O CLERO E A NOBREZA

Os grandes privilégios e imunidades das duas classes superiores e os abusos dos grandes senhores representavam, por vezes, uma intolerável limitação à autoridade real, e por isso, originaram vários conflitos entre a realeza e os privilegiados.

A primeira questão com o clero surgiu no tempo de D. Sancho I que, aproveitando o conflito entre o *bispo do Porto,* Martinho Rodrigues, e o seu cabido, se pôs ao lado deste, prendeu o bispo e confiscou-lhe os bens, mas acabou por dar-lhe a liberdade e restituir-lhe os bens, depois de excomungado pelo papa.

D. Afonso II trava luta com o *arcebispo de Braga* que se recusava ao pagamento de certos tributos exigidos pelo rei, mas morre antes de resolvida a contenda.

O conflito atingiu porém a maior gravidade com **D. Sancho II** que, por virtude das queixas e acusações do alto clero e de parte da nobreza ao papa, foi *deposto* por Inocêncio IV, que entregou o governo ao príncipe D. Afonso, irmão do rei, prova do extraordinário poder da Igreja.

Protestando contra as inquirições ordenadas por D. Afonso III, se levantam os bispos, o que leva o papa Gregório X a excomungar este rei e a lançar interdito sobre o reino, penalidades que foram levantadas à morte do rei arrependido e penitenciado.

Entre as medidas frequentes dos reis, para combaterem o poderio do clero, figuram as chamadas *leis de desamortização* — pelas quais proibiam que as igrejas e mosteiros adquirissem por compra bens de raiz.

Tais leis mostraram-se, porém, ineficazes, pois foram depressa esquecidas e fàcilmente sofismadas.

* * *

Embora em posição dominante, o poder do clero vai decrescendo, logo na época seguinte, a partir de D. Dinis que renova as leis de desamortização, e a supremacia real aparece claramente com **D. Pedro I,** que estabelece o *beneplácito régio,* decretando que os documentos emanados do papa só podem ter efeito em Portugal, depois de examinados e mandados publicar pelo rei.

A fim de reprimir os frequentes abusos e usurpações dos nobres, os monarcas recorreram às inquirições e confirmações, como meio de alargarem e fortalecerem a sua autoridade.

As *inquirições* eram alçadas que percorriam o País para averiguar quais as terras que andavam ilegalmente subtraídas ao património real.

As *confirmações* consistiam em os nobres serem obrigados a apresentar à aprovação do novo rei as doações feitas pelos seus antecessores, para se verificar das usurpações.

Foi D. Afonso II o primeiro rei que ordenou inquirições gerais (1220) e passou várias cartas de confirmação. D. Afonso III, tomando iguais providências, conseguiu reaver para a coroa muitas terras usurpadas.

Aspectos Culturais no 1.º Período

Surgem os primeiros documentos escritos em língua portuguesa *e dá-se a floração da* poesia trovadoresca *(cancioneiros).*

Instrução — *totalmente independente do Estado, ministrada nas* escolas eclesiásticas *(Guimarães, Santa Cruz de Coimbra, Alcobaça).*

Na Arte *domina o* estilo românico — *Sé Velha de Coimbra, Sé de Lisboa, «Domus Municipalis» de Bragança, castelos e muralhas.*

Assistência — *praticada, quase exclusivamente, pelos* mosteiros *das ordens religiosas.*

Grandes vultos da cultura — **Santo António** *de Lisboa e* **Pedro Julião** *ou* **Pedro Hispano** *(depois papa com o nome João XXI).*

III

2.º PERÍODO — ORGANIZAÇÃO INTERNA

A POLÍTICA DE FOMENTO DE D. DINIS

Fomento agrícola, comercial e marítimo

Formado o território e terminadas as guerras, os nossos monarcas lançam-se à obra de valorização económica do País.

D. Dinis, o rei «Lavrador», protege a *agricultura,* decretando que os fidalgos não perderiam a nobreza por serem lavradores, enxugando pântanos, repartindo por colonos terrenos incultos, semeando o pinhal de Leiria, etc.

Protege a *indústria,* mandando explorar minas e facilitando a pesca; e desenvolve o *comércio* estabelecendo muitos mercados e feiras, e fundando as *feiras francas,* isentas de imposto. *Povoa o território,* levantando ou restaurando dezenas de povoações e castelos, e concedendo *forais* a muitas terras.

Protege a *marinha,* autorizando a fundação de uma *Bolsa* na Flandres, com o capital de 100 marcos de prata para as despesas urgentes do comércio marítimo, manda construir novos barcos, e finalmente, contrata o genovês **Manuel Peçanha** para almirante-mor da

armada, a fim de, com mais 20 oficiais genoveses, preparar os nossos ousados marinheiros.

Para desenvolver o comércio externo, D. Dinis celebra o *1.º tratado de comércio* com a Inglaterra (1303), pelo qual o rei Eduardo I permitia a entrada dos nossos navios no seu reino e concedia segurança e vários privilégios aos mercadores portugueses.

DESENVOLVIMENTO CULTURAL — FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Nos primeiros tempos, o ensino estava a cargo exclusivo das catedrais e mosteiros, mas, para adquirir cultura superior, muitos estudiosos tinham de sair do reino a fim de cursarem universidades estrangeiras.

Com o objectivo de desenvolver a cultura nacional, D. Dinis, grande cultor das letras, a pedido de alguns representantes do alto clero, fundou, em 1290, a Universidade de Lisboa com o nome de *Estudo Geral,* fundação confirmada, nesse mesmo ano, pelo papa Nicolau IV.

Nela se ensinava leis, cânones, medicina e artes (gramática, dialéctica e retórica), e as despesas eram custeadas pelas rendas de certas igrejas e mosteiros por estes oferecidas voluntàriamente.

Em 1308 foi transferida para Coimbra, depois volta para Lisboa, onde se conservou desde D. Fernando até D. João III, que em 1537 a transfere definitivamente para Coimbra.

A Ordem de Cristo

A Ordem dos Templários foi extinta em 1312, pelo papa Clemente V que determina que os bens desta

Ordem em Portugal, teriam o destino que a Santa Sé indicasse.

D. Dinis, que não queria que os bens da Ordem extinta passassem para os Hospitalários, insistiu pela criação de uma nova ordem de cavalaria dos lidadores de Jesus Cristo, para a qual passariam os bens dos Templários.

Depois de negociações demoradas, o papa (João XXII) acedeu, e por bula de 1319, é criada a *Ordem de Cristo,* que teve como primeira sede Castro Marim, mas em breve passa para *Tomar,* sua sede definitiva.

Produto da hábil diplomacia de D. Dinis, a Ordem de Cristo, viria mais tarde, sob o governo do infante D. Henrique, a desempenhar papel de relevo na grande obra dos Descobrimentos.

D. AFONSO IV: EXPEDIÇÕES ÀS CANÁRIAS — PARTICIPAÇÃO NA DEFESA DA PENÍNSULA

Apesar das lutas contra o irmão e contra o genro, rei de Castela, **D. Afonso IV** continua a política de fomento de seu pai. Vota especial protecção à marinha e organiza duas *expedições às ilhas Afortunadas* ou *Canárias* (1336 e 1341), o que mostra o grande valor da nossa esquadra.

A fim de moralizar a administração da justiça, institui os «*juízes de fora*» estranhos ao concelho; e concede forais a várias povoações.

Durante o seu reinado, um grande exército de mouros vindos de Marrocos e aliados aos mouros de Granada, desembarca na Península e põe em grave perigo os estados cristãos.

Então, o rei de Castela, Afonso XI, alia-se ao rei de Aragão e pede auxílio a D. Afonso IV, seu sogro.

D. Afonso manda a Cádiz uma armada comandada por Manuel Peçanha, e o próprio rei marcha por terra, à frente das suas tropas, ao encontro dos infiéis que são completamente destroçados na grande *batalha do Salado* (1340).

A vitória do Salado salvou a Península de novas invasões, e foi a última grande batalha aqui travada contra os Mouros.

POLÍTICA DE D. FERNANDO

Política interna — Medidas económicas

Quando D. Fernando subiu ao trono, era precária a situação económica do País, com a terra mal distribuída, os impostos pesados e os campos mal agricultados.

Para remediar tais males e fomentar a riqueza nacional aproveitando ao máximo as terras incultas, publica **D. Fernando,** em 1375, a *lei das Sesmarias,* estabelecendo em resumo:

a) Que os possuidores de terras ficam obrigados a lavrá-las, e os que não possam fazê-lo serão obrigados a entregá-las a outros que as amanhem, por certo prazo e mediante certa renda;

b) Só os lavradores poderão ter gados, e cada um terá as juntas de bois necessárias para a sua lavoura, e ninguém poderá escusar-se a vender, para esse fim, o gado que tiver, pelo preço fixado;

c) Todos os que não tiverem profissão útil, e os mendigos, vadios e falsos religiosos serão obrigados a trabalhar na lavoura, sob penas que iam até ao degredo.

Esta notável lei agrária mostra, só por si, o mérito de um grande administrador.

Para desenvolver a *marinha mercante,* deu de graça madeiras das suas matas, aos armadores que construíssem navios de mais de 100 tonéis; isentou de impostos de importação o ferro e os outros materiais para as construções navais; concedeu isenção total de imposto às mercadorias exportadas na primeira viagem, e reduziu 50 % na dízima da carga de retorno da mesma viagem.

Além de aumentar grandemente a frota portuguesa, fundou ainda, em Lisboa e Porto, a *Companhia das Naus,* verdadeira bolsa de *seguros marítimos:*

Os donos de navios de mais de 50 tonéis pagavam 2 % dos lucros de cada viagem, para o fundo da bolsa, e desta saía o dinheiro para comprar os navios que iam substituir os que se perdessem por apresamento ou naufrágio; e, quando os fundos faltassem, procedia-se a uma derrama proporcional por todos os donos dos barcos.

Política externa — guerras com Castela e Aliança Inglesa.

D. Fernando, por se julgar com direito ao trono castelhano ou para vingar a morte de seu primo D. Pedro, rei de Castela, procura aliados e declara guerra ao usurpador D. Henrique (1369), à qual veio pôr termo o tratado de Alcoutim (1371). A 2.ª guerra em que D. Henrique chega a entrar em Lisboa, acaba pela paz de Santarém (1373), e a 3.ª guerra travada, com auxílio dos Ingleses, contra o novo rei D. João I de Castela, termina pela paz de 1382.

Estas guerras foram desastrosas para Portugal, mas foi no decurso delas que, por iniciativa do duque de Lencastre, filho de Eduardo III de Inglaterra, e

também pretendente ao trono de Castela, os representantes do rei de Portugal e do rei de Inglaterra celebraram em Londres, no ano de *1373*, o tratado de aliança e amizade entre as duas nações — início da *Aliança Anglo-Portuguesa* que, renovada posteriormente, ainda hoje se mantém.

Apesar de infeliz nas guerras, a obra de D. Fernando foi notabilíssima, tanto na valorização da terra como no desenvolvimento da marinha, deixando, assim, o País preparado para a vasta empresa dos Descobrimentos.

Aspectos Culturais no 2.º Período

A Instrução *é ministrada pela Igreja, nas* escolas e colégios eclesiásticos, *e pelo Estado, na* Universidade de Lisboa — Coimbra.

A Literatura *está representada com profusão e certo brilho, na* poesia dos Cancioneiros; *a prosa, ainda rude, quase se limita aos* nobiliários *(«livros de linhagens») e a* romances de cavalaria *(Amadis de Gaula).*

Na Arte *predomina o* estilo gótico — *Mosteiro de Alcobaça (iniciado no séc. XII), Sé de Évora (séc. XIII), igreja e túmulo da Rainha Santa, túmulos de D. Pedro e D. Inês (séc. XIV).*

A Assistência — *feita através de* albergarias, hospitais *e* gafarias — *é exercida, especialmente pelos* institutos religiosos *e pelas* corporações de mestres.

Principais vultos da cultura: El-rei **D. Dinis,** *notável poeta e possuidor de uma grande livraria, e* **D. Álvaro Pais,** *bispo de Silves.*

IV

3.º PERÍODO — EXPANSÃO ULTRAMARINA

A CRISE DE 1383-1385

Casamento de D. Beatriz — Crise dinástica

D. Fernando casou a única filha, **D. Beatriz,** que tivera de sua mulher D. Leonor Teles, com D. João I de Castela, por escritura de 2 de Abril de 1383, celebrada em Salvaterra de Magos, diploma que, sobre a sucessão, estipulava o seguinte:

a) — Se D. Fernando deixasse filho varão, a este pertencia o trono.

b) — Se D. Fernando não tivesse filho varão, pertencia o trono a D. Beatriz e, se esta morresse sem filhos, herdaria o trono outra filha que D. Fernando deixasse.

c) — Se o rei de Castela e a infanta sua irmã falecessem sem sucessores legítimos, passaria o trono de Castela para o rei de Portugal.

d) — Falecido D. Fernando, enquanto D. Beatriz não tivesse filho varão ou este não atingisse os 14 anos, ficaria como regente a rainha D. Leonor.

Em qualquer dos casos, nos termos do contrato, Portugal ficaria *«siempre Regno sobre si apartadamiente»*

do de Castela, o que mostra os escrúpulos de D. Fernando que, por meio desta escritura, pretendia evitar os conflitos da sucessão que possìvelmente surgiriam por sua morte.

Morto D. Fernando (22 de Outubro de 1383) sem filho varão, e não tendo ainda filhos D. Beatriz, assumiu a regência do reino, nos termos convencionados, a rainha D. Leonor, que logo manda aclamar D. Beatriz.

Desencadeamento da revolução — Invasões castelhanas

A aclamação de Beatriz foi mal recebida em muitas cidades, e a indignação aumentou com a notícia de que o rei de Castela ia invadir Portugal, desrespeitando a escritura de Salvaterra.

Vendo ameaçada a independência, e desgostosos com as relações escandalosas da rainha com o seu valido João Fernandes Andeiro, Álvaro Pais, antigo chanceler, D. João Afonso, irmão da rainha, e **D. João, mestre de Avis,** filho bastardo de D. Pedro, resolvem matar o conde Andeiro, encarregando-se dessa missão o mestre de Avis que, com outros, entrou no Paço e o abateu à cutilada.

Ao mesmo tempo um pajem, mandado pela cidade, espalha a notícia de que «querem matar o Mestre», e o povo começa a juntar-se em multidão amotinada. É a revolução em marcha.

D. Leonor, atemorizada, retira-se para Santarém, reúne os seus partidários e escreve ao genro, pedindo auxílio. D. João de Castela invade Portugal, chega a Santarém (12 de Janeiro de 1384) e D. Leonor abdica nele a regência do reino.

Em Lisboa, o povo revoltado proclama o mestre de Avis *«Regedor e Defensor do Reino»,* e este prepara um exército para a defesa do País e manda embaixadores a Inglaterra, recrutar soldados para a sua causa.

Papel preponderante da burguesia

Nos fins do séc. XIV as classes populares em franco progresso têm já grande influência na vida pública, como o mostra o protesto do alfaiate **Fernão Vasques** contra o casamento de D. Fernando, e a iniciativa do tanoeiro **Afonso Eanes Penedo** na aclamação do «Regedor e Defensor do Reino». Ao lado da «arraia-miúda», a burguesia de Lisboa enriquecida pelo comércio (1), coloca-se decididamente ao lado do mestre de Avis, e como o tesouro estava exausto, a burguesia de Lisboa concorre com 100 000 libras para as despesas da guerra; a própria comuna dos judeus empresta 70 marcos de prata, e as igrejas cedem cálices, cruzes e pratas, juntando-se a estes os donativos dos burgueses do Porto, Coimbra e outras cidades.

Ao auxílio valioso da burguesia deveu o Mestre os fundos para organizar a resistência contra o invasor, até alcançar a vitória.

Atitude da nobreza

Ao contrário das classes populares, a maioria dos nobres tomou o partido de D. João de Castela, o qual foi seguido por mais de 50 castelos portugueses.

(1) Na segunda época da monarquia os *mesteirais* (homens de ofício) foram adquirindo importância, e o desenvolvimento do comércio deu origem a uma nova classe popular — a *burguesia,* particularmente poderosa na capital.

A cidade de Lisboa, no tempo de D. Fernando, era já uma grande praça comercial, e no seu porto (diz Fernão Lopes) juntavam-se muitas vezes «400 a 500 navios de carregação».

A razão de tal atitude explica-se, não por traição, mas por não existir ainda o sentimento pátrio naquela época em que dominavam os costumes feudais, baseados no juramento de vassalagem e na fidelidade à palavra dada. Por motivos de honra, os nobres que haviam jurado fidelidade a D. Beatriz sentiam-se ligados a ela por um vínculo pessoal que respeitaram.

Felizmente para nós, alguns nobres como **Álvaro Pais, João Afonso,** e acima de todos **Nun'Álvares,** obedecendo ao nascente *sentimento nacional,* puseram a vida apenas ao serviço da sua pátria.

Acção do mestre de Avis

Morto o conde Andeiro, e aclamado «*Regedor e Defensor do Reino*», o Mestre, chefe da revolução, ao mesmo tempo que prepara a resistência militar, organiza a administração: nomeia seu chanceler-mor o legista **João das Regras;** forma o seu Conselho com legistas e clérigos; dá aos burgueses cargos na administração pública; cria a instituição dos *Vinte e Quatro* (1) formada por «dois homens-bons de cada mester» para intervirem na vereação da Câmara de Lisboa; nomeia Nun'Álvares fronteiro do Alentejo; e defende enèrgicamente a cidade de Lisboa do longo cerco castelhano.

D. João de Castela, avançando de Santarém com um exército (Março de 1384) e mandando depois uma

(1) O corpo ou colégio dos *Vinte e Quatro* dos mesteres, criado pelo mestre de Avis, veio mais tarde (no séc. XVI) a reunir em casa própria, passando a designar-se por *Casa dos Vinte e Quatro,* a qual elegia o *Juiz do Povo* e *4 procuradores* à Câmara Municipal.

esquadra ao Tejo, põe *cerco a Lisboa,* por terra e por mar. Só passados sete meses se vê obrigado a levantá-lo graças à coragem dos sitiados, que nele sofreram os horrores da fome, e à peste que alastrava no arraial castelhano. O mestre de Avis tinha salvo a Capital, primeiro passo na consolidação da independência.

Batalha dos Atoleiros — a nova táctica

Filho do prior dos Hospitalários e senhor de vastas terras no Minho, **Nun'Álvares Pereira** vem para Lisboa e coloca-se ao lado do mestre de Avis.

Nomeado por este *fronteiro do Alentejo,* dirige-se a Estremoz e derrota os Castelhanos junto à vila de Fronteira, na batalha dos *Atoleiros* (6 de Abril de 1384).

Nesta batalha iniciou Nun'Álvares uma nova táctica militar: com tropas em muito menos número que as do inimigo, e não podendo lançar-se na ofensiva, colocou-se na defensiva, mandou apear os cavaleiros e formou um *quadrado,* a pé firme, com os lanceiros na vanguarda e os besteiros à retaguarda.

Contra este quadrado se veio quebrar o ataque dos Castelhanos, e tal inovação táctica veio revelar o grande papel que estava reservado, daí em diante, à infantaria.

AS CORTES DE COIMBRA

Depois de levantado o cerco de Lisboa, foi resolvido que se reunissem em *Coimbra* todos os prelados, nobres e procuradores dos concelhos contrários a Castela, para resolverem sobre a situação do reino.

Em 3 de Março de 1385 reúnem as Cortes, com larga representação do Clero, da Nobreza, e mais de 50 procuradores dos Povos. O chanceler **João das Regras,** tomando a palavra para tratar o problema da sucessão dinástica, começou por atacar os direitos dos vários pretendentes ao trono, com as seguintes exclusivas.

D. Beatriz não podia ser rainha de Portugal porque:

1.º — não era filha legítima de D. Fernando porque o casamento deste com D. Leonor Teles era nulo;

2.º — era incestuosa (casada com parente) e cismática (dispensa para casamento dada pelo antipapa de Avinhão);

3.º — havia entrado no reino, à força, com gente armada.

D. João de Castela não podia ser rei de Portugal porque:

1.º — era herege e cismático, pois seguira o antipapa Clemente VII;

2.º — tinha violado o tratado celebrado, invadindo o reino;

3.º — o seu parentesco com D. Fernando era por linha feminina e esta não lhe dava direito à sucessão.

Os *infantes D. João* e *D. Dinis,* filhos do rei D. Pedro e de D. Inês de Castro, eram excluídos porque:

1.º — eram filhos ilegítimos, pois D. Pedro não chegou a casar com D. Inês de Castro, nem com ela podia ter casado por serem parentes;

2.º — tinham entrado em guerra contra Portugal.

Depois de eliminar os pretendentes com tão hábil argumentação, João das Regras conclui que «estes rreinos som vagos de todo e a emliçon delles fica livremente ao poboo»; finalmente, termina por exaltar a

figura do mestre de Avis — de boa linhagem, grande amigo do povo, e por isso bem digno de ser rei — e em 6 de Abril de 1385, foi D. João aclamado rei de Portugal.

CONTINUAÇÃO DA LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Aljubarrota

Uma vez aclamado rei, D. João I nomeia Nun'Álvares *Condestável* de Portugal. Entretanto os Castelhanos, invadindo Portugal pela Beira, são derrotados em *Trancoso.*

Enfurecido pela derrota de Trancoso, o rei de Castela, ao mesmo tempo que manda bloquear Lisboa, vem pessoalmente com um forte exército invasor, passa por Coimbra e marcha sobre Leiria.

D. João I e Nun'Álvares partem para *Aljubarrota* ao encontro do inimigo que devia aproximar-se pela estrada de Leiria.

Dispostas as tropas em quadrado, como nos Atoleiros, a vanguarda comandada pelo *Condestável,* à direita a «Ala dos Namorados», e à retaguarda *D. João I,* no dia 14 de Agosto de 1385, os Castelhanos são completamente aniquilados e desbaratados.

Nesta memorável batalha de 7000 portugueses contra 32 000 castelhanos (1 português por 4 ou 5 castelhanos), em meia hora de combate ficara consolidada a independência de Portugal, e para comemorar o triunfo ali mandou levantar, D. João I, o formoso *Mosteiro da Batalha.*

O exército permanente

Antes das guerras de D. João I não havia, em Portugal, pròpriamente um exército permanente, pois,

em armas, havia apenas uma guarda real e os cavaleiros das ordens militares. O exército ou *hoste* era formado sòmente na ocasião das guerras, pela convocação dos homens de armas.

Por necessidades da luta, D. João I *fortifica* Lisboa e Setúbal, cria o posto de vedor-mor da artilharia, manda «acontiar» os que sustentam casa (isto é, avaliar-lhes os bens, para fixar o número de cavalos e armas com que haviam de concorrer para a guerra), estabelece, em cada ano, uma revista geral de todo o reino; organiza o censo dos «*besteiros de conto*» (número certo por concelho), e ordena que estejam sempre prontos 3500 homens de cavalaria.

Paz de 1411

Depois de várias tréguas e novas lutas, a paz definitiva é assinada em 31 de Outubro de 1411 pelo tratado de paz e aliança entre D. João I de Portugal e D. João II de Castela, ao fim de 27 anos de guerras.

Casamento de D. João I

Em 9 de Maio de 1386 é reforçada a aliança inglesa pelo tratado de *Windsor,* e em Novembro do mesmo ano, o duque de Lencastre, que invadira a Galiza, avista-se com D. João I e combinam o casamento do rei de Portugal com *D. Filipa de Lencastre,* filha do duque. Este casamento realizou-se em 2 de Fevereiro de 1387, e dele proveio a «ínclita geração dos Infantes» e uma nova dinastia de grandes reis.

A NOVA DINASTIA E AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS

A nova nobreza e os novos costumes

A crise de 1383-1385 não foi apenas uma crise dinástica, mas uma verdadeira revolução social.

A antiga nobreza de carácter feudal, provinciana e guerreira, partidária de D. Beatriz, ficou arruinada, e em seu lugar surge «*outro mundo novo e nova geração de gentes*».

Os bens e títulos confiscados à velha nobreza de sangue são distribuídos aos partidários do mestre de Avis, formando-se assim uma nova nobreza baseada apenas nos serviços prestados à revolução. Foi tal a confusão de novos títulos e brasões, que D. João I, para a remediar, teve de criar o lugar de *Rei de Armas* e o livro de fidalgos e brasões.

De entre os partidários de D. João I, foi Nun'Álvares, Condestável, conde de Ourém e depois conde de Barcelos, o mais largamente beneficiado pelo rei com imensas terras na Estremadura e Alentejo (1).

Sua filha única, D. Beatriz, casa com o infante D. Afonso, filho natural de D. João I, e dá origem à **Casa de Bragança,** a mais rica e poderosa casa nobre de Portugal.

Também nesta altura, surge uma nova classe — a dos «letrados» ou *legistas,* cultores do direito a quem os reis confiavam altos cargos, e que passaram a cons-

(1) Apesar de todas as glórias, honras e riquezas, Nun'Álvares, o grande Soldado, troca os bens terrenos pelo hábito humilde de monge, entra no Convento do Carmo com o nome de Fr. Nuno de Santa Maria, morre em santidade (1431), e em 1918 é beatificado pela Igreja.

tituir uma nova aristocracia intelectual ao lado da nova nobreza.

Além da nova nobreza, outras transformações sociais se operam na época de D. João I. As classes populares, e especialmente a burguesia que tanto auxiliara o rei, entram em franco progresso e começam a intervir na administração pública, tendo representantes no *Conselho do Rei.*

As corporações multiplicam-se: Os artífices agrupam-se, segundo as profissões, em grémios ou «*ofícios*», escolhem os seus delegados à corporação dos *Vinte e Quatro,* e estes elegem os seus procuradores à Câmara, intervindo assim, activamente, na administração da capital e de outras cidades.

Nesta época, graças ao exemplo de uma Corte virtuosa e culta, verdadeira escola de educação social, manifesta-se em todas as classes uma elevação moral dos costumes, tanto nos hábitos de disciplina como no apego ao trabalho.

DESENVOLVIMENTO DO PODER REAL

D. João I, apesar de elevado ao trono por eleição dos Povos, iniciou em Portugal a política de centralização do poder, seguindo a corrente dominante no séc. XV. Assim, nos últimos tempos do seu reinado, governou oito anos sem reunir cortes, aumentou o número de funcionários régios, e reduziu os direitos da nobreza e do clero.

Influência estrangeira — os Legistas

A política centralizadora dos nossos reis, a partir de D. João I, foi grandemente influenciada pelos acontecimentos estrangeiros: Luís XI em França, os Reis

Católicos em Espanha, Henrique VII em Inglaterra, Maximiliano I na Alemanha, combatendo a alta nobreza e as oligarquias locais, vão unificando os seus Estados e concentrando todos os poderes na mão do rei.

Esta tendência absolutista dos reis foi favorecida pela acção dos *legistas,* letrados que, estudando o direito romano nas universidades, defendiam o princípio cesarista de que «a vontade do Príncipe tem força de lei».

Em Portugal, desempenhou notável papel como conselheiro de D. João I, entre outros legistas do seu Conselho, o grande João das Regras.

A «lei mental»

Concebida por D. João I que já a tinha na «mente», foi esta lei publicada pelo seu sucessor D. Duarte (1434), e estabelecia que aos bens doados pela Coroa só podia suceder o filho varão primogénito legítimo, com exclusão de quaisquer outros parentes.

Como D. João I fizera vastas doações de bens da Coroa, com grave prejuízo para o Tesouro, por meio desta lei consegue D. Duarte que voltem para a Coroa muitos domínios, até ali, na posse dos nobres.

Ordenações Afonsinas

Em face da grande variedade de leis, costumes e forais, que tornavam o direito confuso, os povos pediram, em Cortes, a D. João I, que reformasse a legislação e compilasse as leis que ficariam a vigorar.

Começados os trabalhos de uma compilação de leis gerais ainda no tempo de D. João I, foi esta obra concluída pelo **Dr. Rui Fernandes,** na menoridade de D. Afonso V, e publicada com o nome de *Ordenações Afonsinas.*

Esta compilação abrangia as leis publicadas desde D. Afonso II, e estava dividida em 5 livros: 1) magistrados; 2) privilégios dos donatários e direitos reais; 3) processo; 4) direito civil; 5) direito penal.

As ordenações declaravam subsidiário o direito romano, e representam o predomínio da autoridade real sobre os privilégios locais.

Regência de D. Pedro — encontro de Alfarrobeira

Na menoridade de D. Afonso V assumiu a regência a rainha viúva, D. Leonor de Aragão, o que descontentou os Portugueses.

Durante uma ausência da rainha, rebentam tumultos em Lisboa, e as cortes convocadas aclamam o *infante D. Pedro,* regente do Reino, mas contra este intrigou sempre o conde de Barcelos desejoso de desfazer o casamento de Afonso V com D. Isabel, filha de D. Pedro.

Tomando conta do governo aos 14 anos de idade, D. Afonso V em breve dispensa os serviços do tio, graças às intrigas de alguns nobres como o conde de Barcelos, agora duque de Bragança, que chegam a convencer o rei de que D. Pedro lhe ambiciona o trono.

Descontente, D. Pedro retira-se para Coimbra, e quando o duque de Bragança, chamado à corte, pretende passar pelas terras do infante, este opõe-se sendo por isso declarado rebelde pelo rei, que marcha com um exército para o submeter.

A peleja entre as hostes de D. Pedro e de D. Afonso V trava-se junto ao ribeiro de *Alfarrobeira* (1449) e nela encontraram a morte o infante e o seu fiel companheiro D. Álvaro Vaz de Almada, conde de Abranches.

Desta batalha resultou o engrandecimento dos nobres partidários do rei, ainda menor, a quem este fez grandes concessões de terras.

Acção de D. João II na luta contra os nobres

As liberalidades de D. Afonso V, engrandecendo a nobreza, tinham empobrecido a Coroa, e nas Cortes de Évora (1481) os povos queixam-se ao novo rei, D. João II, contra os abusos de muitos nobres que exerciam jurisdições contra direito, extorquiam dinheiro, albergavam criminosos nas suas terras, etc.

Atendendo as reclamações, ordenou D. João II que todos os donatários apresentassem os títulos dos seus privilégios, e que os seus corregedores entrassem nas terras dos senhores para averiguarem dos abusos cometidos na administração da justiça.

Estas medidas provocaram a reacção da alta nobreza que começou a conspirar contra o rei, chefiada por D. Fernando, **duque de Bragança,** com o acordo do rei de Castela. Descoberta a conspiração, o duque de Bragança é preso e executado em Évora, os bens são-lhe confiscados, e os seus cúmplices, uns mortos, outros obrigados a fugir para o estrangeiro.

Uma nova conspiração chefiada pelo **duque de Viseu,** irmão da rainha, terminou pelo aniquilamento total da nobreza, o duque foi morto em Setúbal na presença do rei, ou pelo próprio rei, e os seus partidários, uns foram encarcerados, outros mortos ou desterrados, ficando assim definitivamente consolidado o poder real.

Ordenações Manuelinas e reforma dos forais

Como, no tempo de D. Manuel, muitas leis haviam já alterado várias disposições das Ordenações Afonsinas, este rei encarregou, com outros, o **Dr. Rui Boto** de rever aquelas Ordenações e organizar uma compilação de leis à qual foi dado o nome de *Ordenações Manuelinas* que, como as anteriores, manteve a mesma divisão das matérias em 5 livros.

As Ordenações representam o triunfo das leis gerais sobre os direitos locais e contribuíram para a centralização administrativa operada ao século XV. Esta centralização foi completada pela instituição regular dos *juízes de fora* nomeados e pagos pelo rei, e sobretudo pela *reforma dos forais* ordenada pelo mesmo rei D. Manuel e elaborada pelo Dr. Rui Boto e outros, e pela qual os *forais novos* se limitavam a estabelecer os meios para a cobrança dos direitos que os concelhos deviam pagar ao rei.

D. João II abatera a nobreza; D. Manuel completa a decadência das instituições municipais, sujeitando os magistrados locais aos delegados do rei, e, cerceando os privilégios dos concelhos, acabou, assim, pela submissão de todas as classes ao poder absoluto do soberano.

OS DESCOBRIMENTOS MARÍTIMOS

A expansão ultramarina portuguesa foi o produto de variadíssimas circunstâncias propícias, umas de ordem geral, outras de ordem exclusivamente nacional.

Causas gerais

Entre as condições gerais figuram, como mais importantes:

a) As *necessidades do comércio europeu.* — O comércio marítimo no Mediterrâneo desenvolve-se extraordinàriamente após as Cruzadas, e as repúblicas italianas (Génova, Veneza, etc.) trazem do Levante as especiarias largamente consumidas em toda a Europa, onde a pimenta serve até de moeda. Mas este rendoso comércio, já prejudicado pela pirataria mourisca, é depois gravemente ameaçado pelo avanço dos Turcos, e daí, a necessidade de procurar novos caminhos para obter as especiarias na sua origem.

b) O *revigoramento religioso* — despertado pelas novas ordens religiosas (Franciscanos e Dominicanos) e o desejo da Santa Sé em combater os Muçulmanos e evangelizar os infiéis.

c) Os *progressos científicos* — resultantes dos estudos geográficos, e também o aperfeiçoamento da técnica naval, com a invenção do leme e o uso da bússola que permitiam o governo dos navios no alto-mar.

As estradas comerciais entre a Europa e o Oriente

As relações comerciais entre a Europa e o Oriente datavam do tempo de Alexandre Magno, mas haviam desaparecido nos princípios da Idade Média. Foram as Cruzadas que restabeleceram essas relações, nas suas frequentes viagens aos portos do Levante, donde os navios de Veneza e Génova traziam, para a Europa, os produtos orientais, especialmente as especiarias.

Estes produtos chegavam ao Levante pelas seguintes estradas:

a) *Estrada do Egipto* — desde as Molucas, pelo Índico, mar Vermelho e Suez até Alexandria.

b) *Estrada do golfo Pérsico* — da Índia, pelo golfo

Pérsico e Mesopotâmia até aos portos da Síria, mar Negro ou Constantinopla.

c) Estradas terrestres — de Samarcanda, por Bucara, Merv, até *Trebizonda* no mar Negro; ou por Astrakan, Tana, até à *Crimeia* no mar de Azof.

A invasão dos Turcos fez perder as estradas do Egipto e da Síria, e os produtos, sujeitos a pesados tributos, encareceram extraordinàriamente, e alguns desapareceram do mercado.

Em presença de tais dificuldades surgem vários planos para atingir o Oriente, como o da conquista da Mauritânia e do Egipto, mas são os Portugueses que vão resolver o problema, chegando à Índia por via marítima.

Causas da acção preponderante dos Portugueses

Além das causas gerais que impeliam a Europa para os descobrimentos, foi a acção descobridora dos Portugueses, influenciada pelas seguintes causas particulares:

a) O meio geográfico — A disposição do território, descendo em anfiteatro para o mar, o litoral com bons abrigos nos estuários dos rios, e sobretudo a situação geográfica no extremo sudoeste da Europa, no cruzamento das estradas mediterrânica e atlântica, facilitaram a nossa missão marítima.

b) A situação política do reino — Há muito unificado territorialmente, e consolidada a independência pela paz de 1411, Portugal, dirigido por soberanos enérgicos, e não podendo expandir-se na Península, procura além-mar o seu novo campo de acção.

c) O proselitismo religioso — Durante mais de um século, os Portugueses, guerreando os infiéis, expulsam-nos de Portugal, e conquistado o Algarve, vão ainda batê-los na Península, derrotando-os no Salado e mandando expedições contra os mouros de Granada.

Aumentar a cristandade e expandir a Fé Cristã, foi o ideal religioso que nos levou às descobertas e conquistas — o infante D. Henrique e os nossos monarcas, nas suas empresas, põem sempre, em primeiro lugar, o «serviço de Deus».

d) Política naval dos nossos reis — Desde a fundação da monarquia que os nossos reis protegem a marinha, mas foi sobretudo com D. Dinis e D. Fernando que ela mais se desenvolveu.

D. Dinis, como vimos, contrata o genovês Manuel Peçanha para almirante da esquadra, D. Afonso IV organiza duas expedições às Canárias, e D. Fernando fomenta construções navais e cria os seguros marítimos. Graças a tal protecção torna-se tão notável a nossa frota, que já na conquista de Ceuta tomam parte mais de 200 navios.

e) A ciência náutica — Para os Descobrimentos contribuíram também, altamente, os conhecimentos científicos — matemáticos e astronómicos — traduzidos das obras árabes, mas foi sobretudo a resolução de vários problemas náuticos que permitiu a realização dos descobrimentos através dos grandes oceanos.

Um dos problemas fundamentais era a determinação da latitude — igual à altura do pólo — para se conhecer a posição exacta de um navio no alto mar, e tal problema foi resolvido pelos Portugueses, com o emprego de instrumentos como o *astrolábio* e o *quadrante*, que aperfeiçoaram, e pela observação primeira-

mente da Estrela Polar e do Sol, e passado o equador, pelo Cruzeiro do Sul, constelação descoberta pelos Portugueses.

Adoptaram-se os tipos de navios mais apropriados às novas navegações *(caravelas* e, depois, *naus)* e, por isso, se pode afirmar que foram os técnicos e os mareantes portugueses os verdadeiros criadores da *Arte de Navegar*.

INÍCIO DA EXPANSÃO MARÍTIMA

As Canárias

As *Canárias* (designadas na antiguidade por *Ilhas Afortunadas)* já eram, como vimos, conhecidas dos Portugueses desde as expedições de Afonso IV, no século XIV.

No reinado de D. João I, segundo alguns autores, a expansão portuguesa no Atlântico teria começado em 1415 (ano da conquista de Ceuta) por uma expedição à *Gran-Canária* dirigida por um certo nobre D. João de Castro, às ordens do infante D. Henrique.

Embora tal afirmação seja duvidosa, sabe-se que anos depois (1421) uma forte expedição portuguesa se apoderou de várias ilhas Canárias.

A ocupação portuguesa foi, porém, efémera e contestada, cessando em 1466 a favor de Castela.

A conquista de Ceuta — causas e resultados

Ceuta, na Mauritânia, pela sua situação geográfica, era a chave do Mediterrâneo; ponto estratégico dominante e grande entreposto comercial.

D. João I empreende a conquista desta cidade, em 1415, dirigindo ele próprio a empresa, e nela tomaram parte os infantes D. Duarte e D. Henrique que ali foram armados cavaleiros.

As causas que motivaram a conquista foram de vária ordem: *religiosas* — o «serviço de Deus» na renovação da luta contra os Mouros, ou seja, uma verdadeira cruzada cristã; *militares* — necessidade de reprimir a pirataria marroquina que ameaçava, permanentemente, as nossas navegações; *económicas* — desejo de beneficiar o comércio, pois Ceuta era, então, um vasto e rico mercado.

Os resultados da conquista não corresponderam a todas as expectativas, pois, a corrente do comércio desviou-se e a cidade decaiu econòmicamente; mas a posse de Ceuta, deu-nos o domínio do estreito de Gibraltar; enfraqueceu o poder muçulmano no norte de África e na Península; representou o primeiro passo da nossa expansão externa; e, finalmente, pelos prisioneiros árabes e judeus, forneceu ao infante D. Henrique valiosas informações sobre as terras que em breve mandaria descobrir.

A acção do infante D. Henrique

Depois da conquista de Ceuta, o **infante D. Henrique** instalou-se na ponta de Sagres (cabo de S. Vicente), onde funda a sua Vila ou Terça Naval, e dali dirige a nossa acção marítima.

O Infante era governador e administrador da Ordem de Cristo, para a qual haviam transitado os bens dos Templários, e com os rendimentos dela equipou os seus barcos e custeou as despesas da expedição.

Como chefe da nova *Ordem dos Cavaleiros de Cristo,* propôs-se continuar a tradição da guerra de cruzada contra os Mouros e trazer novas gentes para a fé católica.

Mas, além dos motivos religiosos e militares, D. Henrique (consubstanciando as aspirações nacionais e europeias do seu tempo) foi também movido por uma forte curiosidade científica — «aver de todo manifesta certidão» (Azurara) — e, ainda, pelo desejo de «trazer proveito aos naturais» no comércio com as regiões descobertas.

Para a realização dos seus objectivos estabeleceu o Infante três planos: — conquista de Marrocos — navegação para a Índia, costeando a África — descoberta de terras para Ocidente.

Afeiçoado aos estudos matemáticos e astronómicos, instituí, na Universidade de Lisboa, a cadeira de Matemática e rodeia-se de astrónomos, cartógrafos e mareantes ilustres como o catalão **Jácome de Maiorca,** o genovês **António de Noli,** o veneziano **Cadamosto,** e de informadores mouros, índios e abexins.

Funda, assim, em Sagres, uma *verdadeira escola prática de navegação,* e em Lagos, uma base naval donde saíram, sob a sua tenaz direcção e chefiados por homens da sua confiança, sucessivas expedições em procura das terras desconhecidas.

CARÁCTER CIENTÍFICO DOS DESCOBRIMENTOS

As expedições portuguesas ao longo da costa africana, não eram feitas ao acaso. O infante D. Henrique conhecia toda a ciência da época, e dos prisioneiros e negociantes mouros colhera informações precisas sobre as terras e riquezas da Guiné.

Em contacto directo com o céu e com o mar, os nossos mareantes estudavam o movimento dos astros, os ventos, as correntes, as marés; e antes de partir, eram adestrados no uso de instrumentos náuticos e no emprego dos cálculos astronómicos, agora necessários para a direcção do navio. A este respeito é bem elucidativa a informação de Pedro Nunes, afirmando que os Nossos navegadores «*partiam muy bem ensinados e providos de estormentos e regras de astrologia e geometria*».

Aproveitando a nossa *Arte de Navegar,* informavam, com precisão, das terras descobertas, que os nossos cartógrafos iam lançando nas suas cartas.

Os *Diários de navegação,* os *Roteiros* das expedições e os vários tratados da ciência náutica portuguesa — *Regimento do Estrolábio, Tratado da Sphera, Tratado da Agulha de Marear,* etc., são monumentos preciosos a atestar, ainda hoje, a organização metódica e o alto valor científico das nossas expedições marítimas.

EXPLORAÇÃO DA COSTA OCIDENTAL AFRICANA

Explorações Henriquinas (os escravos)

Pouco depois da tomada de Ceuta, o infante D. Henrique inicia, metòdicamente, as viagens de exploração da costa africana para além do cabo Não, até então limite sul das navegações.

Depois de repetidas tentativas, em 1434, **Gil Eanes,** escudeiro do Infante, dobra o *cabo Bojador.* Este feito representa a primeira grande vitória, pois destruiu as velhas lendas do mar Tenebroso e as «rosas de Santa Maria», dali trazidas por Gil Eanes, provaram que a Terra, para o sul, não era deserta como até ali se julgava.

Vencido o mais sério obstáculo, as explorações da costa avançam ràpidamente:

No mesmo ano, Gil Eanes e **Afonso Baldaia** atingem a *angra dos Ruivos,* e em 1436 chegam ao *rio do Ouro,* assim chamado pelo resgate de dois cativos, pago com ouro em pó. Em 1441, **Nuno Tristão** chega ao *cabo Branco* e, dois anos depois, à baía de *Arguim.*

Destas regiões trazem os descobridores os primeiros *escravos* para o reino. Este facto despertou tal interesse como novo meio de exploração comercial, que muitos particulares (Lançarote de Lagos e outros) organizam expedições para tal tráfico, recebendo o Infante o *quinto* das presas; e o comércio de escravos, como o do ouro tornou-se depois regular através da *feitoria de Arguim.*

Em 1444, **Dinis Dias** encontra o *cabo Verde,* assim chamado pela espessa vegetação, e **Nuno Tristão** descobre a foz do rio *Senegal;* em 1445, **Álvaro Fernandes** dobra o *cabo dos Mastros;* em 1456, **Cadamosto** e **Diogo Gomes** descobrem a Costa da Guiné, e, anos depois, **Pedro de Sintra** atingia a *Serra Leoa.*

Em 1460 morre o infante D. Henrique, deixando explorada a costa africana até 8º de latitude norte, nas proximidades da *Serra Leoa.*

Explorações posteriores ao Infante (o ouro)

D. Afonso V andava empenhado nas campanhas marroquinas e, por isso, as explorações não continuaram logo após a morte de D. Henrique, mas prosseguiram passados alguns anos.

Em 1469, D. Afonso V arrendou a **Fernão Gomes,** pelo prazo de cinco anos, o comércio da Guiné, sob a

condição de este descobrir 100 léguas de costa em cada ano.

O arrendatário, em cumprimento do contrato, promoveu várias expedições, a 1.ª das quais foi a de **João de Santarém** e **Pedro Escobar** que descobrem a *Mina,* na Costa do Ouro (1471); outras expedições passam o *golfo da Guiné* e estendem a exploração até ao cabo de Santa Catarina (2º a sul do Equador).

Entre as regiões descobertas despertou especial interesse a da *Mina,* assim chamada pelo ouro que de lá trouxeram os descobridores.

D. João II, logo que assume a direcção dos descobrimentos, manda Diogo de Azambuja levantar ali a fortaleza de *S. Jorge da Mina,* a fim de assegurar o comércio do ouro — que passou a ser uma das maiores rendas da coroa.

No reinado do mesmo D. João II, prosseguindo para o sul, **Diogo Cão** descobre a foz do rio Zaire (1482) e depois (1485) o cabo Negro e o cabo Padrão — onde levanta os primeiros padrões da soberania portuguesa — atingindo a serra Parda (22º lat. sul).

POLÍTICA MARROQUINA — D. AFONSO V

Conquistada Ceuta, Portugal torna-se o campeão da cristandade contra os muçulmanos da África.

Como Castela invocasse direitos sobre a Mauritânia e a cidade de Tânger, o rei D. Duarte, continuando a política marroquina de seu pai, empreende uma *expedição a Tânger* (1437). Impossibilitados, porém, de tomar a cidade, os portugueses retiram, mas sob a condição humilhante de entregarem Ceuta, deixando como reféns o infante D. Fernando que vem a morrer como

Santo, no cativeiro de Fez, para que Ceuta continuasse cristã e portuguesa.

O regente D. Pedro desinteressa-se da nossa acção em África, mas **D. Afonso V** reata, com entusiasmo, a política de penetração marroquina mandando à Mauritânia várias expedições: Em 1458 conquista *Alcácer Ceguer,* em 1471 toma *Arzila* e a seguir *Tânger* e *Larache,* e finalmente, leva o rei de Marrocos a fazer um tratado de paz e amizade com Portugal.

Os sucessores de D. Afonso V, embora preocupados com os Descobrimentos, continuam a política de expansão em Marrocos, especialmente D. Manuel que conquista *Safim* e *Azamor* e levanta castelos e fortalezas por todo o país.

O objectivo da política marroquina de D. Afonso V era realizar o sonho do Algarve de além-mar, como o mostra o título que adoptou após as primeiras conquistas — «*Rei de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em África*».

Mas, à parte curtos períodos de paz, a vida nas praças norte-africanas era o estado de guerra permanente, e, por isso, a sua manutenção se tornava muito dispendiosa. Os gastos de dinheiro e de gente, acrescidos às dificuldades de abastecimento, tornaram-se tão incomportáveis, que D. João III resolveu abandonar a maioria dessas praças, conservando apenas Ceuta e Tânger.

DESCOBRIMENTO E COLONIZAÇÃO DAS ILHAS ATLÂNTICAS

Em 1418, **João Gonçalves Zarco** e **Tristão Vaz Teixeira,** navegando para sul, encontram a ilha de *Porto Santo,* e no ano imediato os mesmos e **Bartolomeu**

Perestrelo aportam à ilha da *Madeira,* possìvelmente já conhecida das anteriores expedições às Canárias.

Anos depois (1427) **Diogo de Silves,** navegando para ocidente, descobre as primeiras ilhas dos *Açores;* em 1456 *Cadamosto* atinge o arquipélago de *Bijagós;* e, no ano seguinte, *Cadamosto* e *António de Noli* avistam as primeiras ilhas do arquipélago de *Cabo Verde.*

No tempo de D. Afonso V descobrem-se as ilhas do golfo da Guiné — *Fernão do Pó, Ano Bom, S. Tomé e Príncipe;* e no reinado de D. Manuel as ilhas de *Ascensão e Santa Helena.*

A fim de aproveitar econòmicamente as novas terras, as ilhas da Madeira e Porto Santo começaram a ser colonizadas, logo no ano imediato ao da descoberta, pelo Infante, que dividiu estas ilhas em *capitanias* entregues a donatários com amplos poderes senhoriais, e para elas levou povoadores a quem deu terras para arrotear, introduzindo ali novas culturas como a *cana-de-açúcar* e a *vinha,* hoje duas grandes riquezas da Madeira.

A colonização das ilhas dos Açores foi começada em 1431 por **Gonçalo Velho Cabral,** e nela se usou o mesmo sistema de *capitanias;* foram fixados colonos nacionais e estrangeiros, e introduzida a cultura dos *cereais* e a criação de *gados.*

Das ilhas da zona tórrida foi dedicada especial atenção a S. Tomé e Príncipe onde se começou por cultivar a *cana-de-açúcar* e mais tarde o *cacau* e o *café.*

O açúcar da Madeira

A cana-sacarina, trazida da Sicília para a ilha da Madeira, encontrou ali óptimas condições de desenvol-

vimento e em breve se tornou a primeira riqueza desta ilha. A produção aumentou extraordinàriamente e o *açúcar* — antes raro, caríssimo e considerado droga de luxo — baixou muito de preço, e o seu consumo generalizou-se a toda a Europa e a todas as classes.

A indústria do açúcar deu grandes lucros ao infante D. Henrique, que cobrava um terço da produção, e no tempo de D. Manuel a produção cresceu tanto, que este monarca, para evitar a queda dos preços, regulou a exportação limitando-a a 120 000 arrobas por ano.

DEMANDA DO CAMINHO MARÍTIMO PARA A ÍNDIA

Acção de D. João II

Foi prodigiosa a acção de **D. João II** no plano dos Descobrimentos.

A fim de resolver os complicados problemas ligados à navegação, sobretudo no hemisfério sul, rodeia-se de astrónomos, cosmógrafos e cartógrafos, entre os quais **Abraão Zacuto** (autor do *Almanaque Perpétuo*), **Mestre José Vizinho, Duarte Pacheco Pereira** e outros — a quem distribui os trabalhos científicos necessários às tarefas dos Descobrimentos.

Foi a este conjunto de peritos, conselheiros e auxiliares de D. João II, que alguns autores deram o nome de *Junta dos Matemáticos* ou *Junta dos Cosmógrafos.*

D. João II tinha vagas notícias do famoso «*Preste João das Índias*» — tido, na Europa, como poderoso rei cristão — e, para o encontrar e chegar à Índia, desenvolve a sua acção em dois sentidos: — manda emissá-

rios por terra, para colher informações directas e exactas do Oriente, e, ao mesmo tempo, organiza novas expedições para costear a África em busca de uma possível passagem a S. E.

Dobramento do cabo da Boa Esperança

Bartolomeu Dias, levando como piloto **Pêro de Alenquer,** parte em 1487, passa a *serra Parda* e a *angra das Voltas,* e depois faz rumo ao sul. Passados muitos dias, o frio intenso fá-lo procurar terra, rumando para leste, mas só virando ao norte, encontra a *angra dos Vaqueiros* e mais adiante o *rio do Infante,* último ponto atingido.

Esgotados os mantimentos, daqui retrocedeu a expedição, e na volta é avistada a ponta meridional de África (1488) a que os navegantes chamaram *cabo Tormentoso* e ao qual D. João II deu o sugestivo nome de *cabo da Boa Esperança.*

A viagem de Bartolomeu Dias representa a nossa segunda vitória no Caminho do Oriente, pois veio provar que o Atlântico comunicava com o Índico, resolvendo assim o problema magno para chegar à Índia.

Viagens por terra

Em 1487 mandou D. João II, por terra, **Pêro da Covilhã** e **Afonso de Paiva** com a missão de encontrarem o reino do Preste João.

Partiram os dois de Santarém, seguindo para Barcelona, Nápoles, ilha de Rodes, e, disfarçados de mercadores, entram depois em Alexandria, no Cairo, e vão, por Suez, até Adém. Aqui separam-se mas combinam que voltariam a encontrar-se, em certa data, na cidade do Cairo.

Afonso de Paiva dirige-se para a *Etiópia*. Pêro da Covilhã segue para a *Índia*, visita Calecute, Goa e Ormuz na costa de Malabar, passa depois à costa oriental de África, e quando volta ao Cairo recebe a notícia de ter morrido Afonso de Paiva.

Encontrando, porém, dois emissários de D. João II, por um deles mandou ao rei cartas com todas as informações do Oriente, e seguiu depois para a Etiópia, onde casou, e lá morreu.

As indicações sobre as terras e mares da Índia e sobre as costas orientais da África, mandadas do oriente por Pêro da Covilhã, vieram completar as informações trazidas do sul por Bartolomeu Dias.

D. João II está agora seguro de poder atingir a Índia por mar, e para isso preparava a sua armada quando morreu.

Descobrimento do Caminho Marítimo para a Índia — Vasco da Gama

Morto D. João II (1495), é **D. Manuel** quem colhe os louros dos planos estabelecidos.

Em 8 de Julho de 1497 partia de Belém a armada composta de quatro navios e comandada por **Vasco da Gama.**

Os navios, embora fortes, eram pequenos, e a tripulação reduzida a cerca de 170 homens, mas a expedição, cuidadosamente organizada, levava bons capitães e pilotos, mapas e tábuas de declinação.

Eis o itinerário seguido: *Canárias — Cabo Verde* (27 de Julho) — *angra de Santa Helena* (8 de Novembro — *cabo da Boa Esperança* (22 de Novembro) — *angra dos Vaqueiros — Natal* (25 de Dezembro) — *rio dos Bons Sinais* (25 de Janeiro de 1498) perto de Quelimane, onde recebem a boa notícia de embarcações nos mares próximos — *Moçambique,* onde têm informações de relações comerciais com a Índia — *Mombaça — Melinde* (13 de Março), onde recebem um piloto para os guiar à Índia — e no dia 17 de Maio de 1498 avistam *Calecute.*

Vasco da Gama esforça-se por fazer um tratado de paz e comércio com o *Samorim* ou rei de Calecute, mas nada conseguindo, regressa a Portugal onde chega em Setembro de 1499.

Estava descoberto o caminho marítimo para a Índia, após quase um século de esforços, e concluída, assim, a grande empresa cujas consequências iriam transformar o mundo.

VIAGENS PARA OCIDENTE

Ao mesmo tempo que as viagens seguem para o sul, o infante D. Henrique manda expedições para ocidente, à procura de ilhas ou terra firme.

Assim foram descobertas as ilhas dos Açores, e os reis D. Afonso V e D. Manuel estimulam igualmente as viagens na mesma direcção, como o provam as muitas doações que fazem das terras que se fossem descobrindo.

João Vaz Corte Real (1474) parece ter descoberto a *ilha dos Bacalhaus,* hoje Terra Nova, e **João Fernandes Labrador** (1495), atinge a *Terra do Labrador* (Gronelândia).

Em 1498, D. Manuel encarrega **Duarte Pacheco Pereira** de «descobrir a parte ocidental, passando além

a grandeza do mar oceano, onde é achada e navegada uma tão grande terra firme...» (1).

Em 1500-1502 **Gaspar** e **Miguel Corte Real,** filhos de João Corte Real, atingem a *Terra Nova ou «Terra dos Cortes Reais»* — onde os barcos portugueses passam, logo, a ir à pesca do bacalhau.

Tratado de Tordesilhas

As nossas viagens para ocidente levam-nos a supor que as terras americanas já eram conhecidas dos portugueses quando *Cristóvão Colombo* com ciência portuguesa, mas ao serviço de Castela, chega em 1492 à ilha de *S. Salvador* e às Antilhas, julgando ter chegado à Índia.

Por isso, quando Colombo, no regresso, passa por Lisboa e dá notícia das terras descobertas, D. João II crendo que estas lhe pertenciam, prepara uma armada para ir fazer valer os seus direitos, e então os Reis Católicos propõem negociações para resolver a contenda.

Em 7 de Junho de 1494 celebra-se o tratado de *Tordesilhas* estabelecendo que todas as terras descobertas ou a descobrir para oriente de um meridiano traçado a 370 léguas a oeste de Cabo Verde, pertenciam a Portugal, e as terras a ocidente do mesmo meridiano pertenciam a Espanha.

(1) Muitos autores baseados nestas palavras de Duarte Pacheco (*«Esmeraldo de Situ Orbis»*), e no facto de este, como negociador do tratado de Tordesilhas, ter conseguido que o meridiano divisório fosse desviado de 100 para 370 léguas de Cabo Verde, afirmam que este navegador atingiu o Brasil antes de Pedro Álvares Cabral.

Este tratado foi muito vantajoso para Portugal porque, além de colocar o Brasil na zona portuguesa, deixava-nos inteiramente livres o caminho e a exploração da Índia.

Descobrimento do Brasil

No ano imediato à chegada de Vasco da Gama, mandou D. Manuel uma grande armada de treze navios, dirigida à Índia, para ali assegurar o nosso domínio religioso e comercial.

A expedição era comandada por **Pedro Álvares Cabral,** e levava, entre outros navegadores, Bartolomeu Dias e Duarte Pacheco Pereira.

A armada partiu de Lisboa a 9 de Março de 1500, passou pelas Canárias e por Cabo Verde; no dia 21 de Abril notam sinais de terra próxima, no dia 22 avistam terra com grande arvoredo, no dia 23 aportam finalmente a essa terra a que então chamaram terra de *Vera Cruz.*

Pedro Álvares Cabral mandou dali uma caravela, com a notícia a D. Manuel, e seguiu a sua viagem até à Índia.

O descobrimento do Brasil não foi obra do acaso: 1.º — porque nenhuma tempestade desviou a expedição; 2.º — nem os ventos nem as correntes marítimas podiam ter levado os navios àquele lugar; 3.º — os navegadores de Cabral não mostram a menor surpresa ao encontrarem estas terras, como se vê na carta de Pêro Vaz Caminha para o rei de Portugal.

Sobre a *prioridade* da expedição de Cabral há opiniões divergentes, pois, alguns autores afirmam que o Brasil foi descoberto por expedições portuguesas ante-

riores a 1500, não sendo estas divulgadas por imposição da «*política de sigilo*» ciosamente então seguida pelos soberanos.

Embora plausíveis, como tais afirmações não se baseiam em segura documentação, nada se pode ter como certo.

Em face, porém, das condições normais da mesma viagem, das anteriores pesquisas de terras ocidentais, da experiência dos pilotos que a conduziram, e da inutilidade de tão grande afastamento da rota do Oriente, tudo legitima a conclusão de que o desvio de Cabral foi *intencional* e que, além da viagem para a Índia, ele levava também a missão de pesquisar ou descobrir terras a ocidente do Atlântico meridional.

O IMPÉRIO PORTUGUÊS NO ORIENTE

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque

Descoberto o caminho da Índia, D. Manuel manda sucessivas armadas para combater a influência dos Muçulmanos, submeter os indígenas e proteger o nosso comércio.

D. Francisco de Almeida parte em 1505, investido com o título de *vice-rei* da Índia, por três anos, e com plenos poderes militares e administrativos.

Na costa africana levanta fortalezas em *Quíloa* e *Mombaça* e, chegado à Índia, funda fortalezas em *Angediva, Cananor* e *Cochim*.

O sultão do Egipto, inquieto com os nossos triunfos, alia-se a Veneza e aos Turcos, organiza uma poderosa armada e derrota as caravelas de D. Lourenço de Almeida, filho do vice-rei, em *Chaul* (1508). D. Francisco de Almeida, um ano depois, vinga aquele desastre aniquilando completamente a armada inimiga, numa grande batalha em frente de *Diu*.

Esta vitória assegurou a nossa supremacia comercial na Índia e permitiu ao seu sucessor lançar os fundamentos do nosso império oriental.

Afonso de Albuquerque parte em 1506, na armada de Tristão da Cunha, provido secretamente no cargo de capitão-mor da Índia, que passaria a governar em 1509, findo o governo do primeiro vice-rei.

Na viagem, toma a ilha de *Socotorá* onde levanta uma fortaleza, a seguir arrasa e conquista *Curiate* e *Mascate*, depois ataca e conquista *Ormuz*, grande centro comercial à entrada do golfo Pérsico.

Chegado à Índia reclama para si o vice-reinado, mas intrigado por alguns capitães junto de Francisco de Almeida, este manda-o prender (Setembro de 1509).

No mês seguinte, chegando do reino instruções de D. Manuel para que Afonso de Albuquerque fosse investido no governo da Índia, foi este solto e Francisco de Almeida regressou a Portugal.

Senhor do governo da Índia, cerca e conquista *Goa* (1510) que faz capital do império, e no ano seguinte parte à conquista de *Malaca* (1511), chave do comércio da China e das Molucas.

Em 1513 vai atacar *Adém*, à entrada do mar Vermelho, e chega até a projectar o desvio do curso do Nilo para aniquilar o sultão do Egipto, mas não consegue realizar estes seus intentos.

Albuquerque estendeu os nossos domínios por toda a costa da Ásia desde o mar Vermelho até Malaca, e recebeu ainda embaixadores da Etiópia, da Pérsia, do Sião, de Java e das Molucas.

Em 1515, chega à Índia o novo governador, e nesse mesmo ano morre Afonso de Albuquerque, desgostoso com o rei D. Manuel, após seis anos de uma luta gigantesca em prol de Portugal.

Suas concepções sobre o domínio do Oriente

Apesar das fortalezas que a princípio levantou na África e na Índia, D. Francisco de Almeida em breve se mostrou contrário à ideia de dispersar o nosso domínio sobre os territórios e fortalezas, defendendo o princípio de que a nossa acção devia basear-se na força das esquadras e no *domínio dos mares.*

Afonso de Albuquerque, ao contrário daquele, propunha-se formar no Oriente um vasto *império ultramarino.*

Para a realização do seu grande objectivo pôs em prática os seguintes planos:

a) Conquistou e governou directamente os pontos estratégicos e bases do comércio oriental — Ormuz, Goa e Malaca;

b) Construiu fortalezas nas terras que não podia administrar directamente;

c) Tornou vassalos muitos chefes indígenas e celebrou tratados de aliança com muitos príncipes orientais;

d) Colonizou Goa, criando um senado municipal, confiando a administração local a funcionários indígenas, fundando escolas, e finalmente promoveu o casamento de portugueses com indígenas a fim de fundir as duas civilizações.

Foi ainda Albuquerque que lançou a ideia do monopólio da coroa no comércio oriental, e alguns dos seus

planos geniais foram depois seguidos, no Oriente, pela Inglaterra, o que mostra o alto valor da sua concepção.

Extensão do Império

À morte de D. Manuel (1521), o império português abrangia: as praças de *Marrocos;* as ilhas do Atlântico; a *Terra Nova* e o *Brasil,* na América; as costas ocidental e oriental da África; e no oriente, *Ormuz,* quase toda a *costa de Malabar, Malaca* e estabelecimentos em *Ceilão, Samatra* e outras ilhas.

Apesar do declínio do nosso império oriental — onde os actos de bravura (1) se misturam a actos de corrupção — as conquistas continuam, no reinado de D. João III.

---

(1) Entre os mais brilhantes feitos portugueses na Índia figuram os *cercos de Diu:*

— O *1.º cerco de Diu* foi feito, em 1538, por um numeroso exército do rei de Cambaia e uma grande armada turca. Duraram mais de quatro meses os assaltos inimigos, mas, com o governador da fortaleza, António da Silveira, um punhado de portugueses realizou tais prodígios na heróica defesa, que os sitiantes abandonaram a luta.

— O *2.º cerco de Diu* deu-se em 1546, sendo D. João de Mascarenhas governador da praça, e D. João de Castro, vice-rei da Índia. Durou sete meses e apesar da grande desproporção (alguns centos contra muitos milhares) os portugueses resistem sempre, batalhando de dia e reconstruindo de noite os rombos das muralhas; as mulheres, como a célebre Isabel Fernandes, dão o exemplo; a fome obriga-os a comer gatos e cães, mas ninguém se rende; e, quando D. João de Castro chega com reforços, os portugueses saem da fortaleza, desbaratam os exércitos de Cambaia, e Diu fica para sempre portuguesa.

Para reedificar a fortaleza em ruínas, D. João de Castro pede à Câmara de Goa um empréstimo e manda como penhor as suas próprias barbas. A Câmara devolve nobremente o penhor e manda o dinheiro pedido.

D. João de Castro, valoroso soldado, homem de ciência e exemplo de honradez, ficou na História portuguesa como um luminoso símbolo.

Funda-se *S. Tomé de Meliapor* na costa de Coromandel; levanta-se a fortaleza de *Ternate* nas ilhas *Molucas* que anos depois (1529) nos são atribuídas a troco de uma indemnização; fazem-se expedições às ilhas *Celebes, Bornéo, Sonda,* e chega-se a *Timor* e à *Austrália;* tornam-se tributários os reis de *Adém* e de *Java;* explora-se o mar Roxo até *Suez;* fundam-se feitorias na China, e *Macau* é cedida, em 1557, aos Portugueses; estabelecem-se relações com o *Japão,* depois visitado por S. Francisco Xavier e Fernão Mendes Pinto (V. Mapa — Fig. 2).

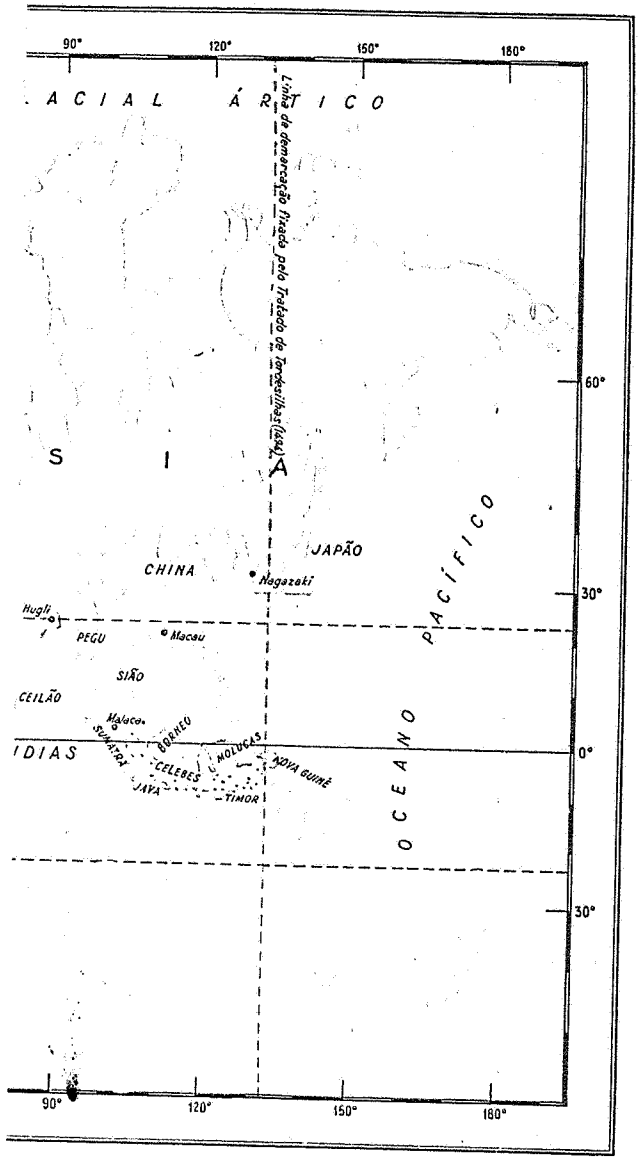
O monopólio oriental

Logo que as navegações portuguesas atingem as proximidades da Guiné, começa a desenvolver-se um comércio activo, e a fortaleza de *Arguim* é a primeira base do nosso comércio colonial.

Este comércio constituía, desde o início, monopólio do Infante, mas este, mais tarde, concede o exclusivo do comércio de Arguim à Companhia de Lagos, mediante o pagamento do *quinto* dos carregamentos, e funda a «Casa da Guiné».

Para tratar dos assuntos relativos ao tráfico com as novas regiões descobertas, funda-se, depois, em Lisboa, a «Casa da Mina» mais tarde chamada «Casa da Mina e da Índia», e por fim «Casa da Índia».

A Casa da Índia — junto ao Tejo, instalada nos baixos dos «Paços da Ribeira», residência de D. Manuel, era o grande centro das transacções comerciais, e todos os assuntos relativos ao Oriente corriam pelas suas 4 repartições: «mesa grande» (roupas e pedrarias); «mesa das drogas» (especiarias); «mesa das ar-



ões);
expor-
a *fei-*
preve
s em
e os
ncias
égios
vios
e no
s na
boa,
ner-
ecer
orna
em
nde
pelo
culo
da
rtu-
nais
das
guir

Fu
mandel
Molucas
troco d
ilhas *C*
Austráli
Java; e:
torias n
gueses;
visitado
Pinto (

O mono

Log
proximi
comérci
base do
Est
do Infar
do comé
diante c
funda a
Par
as novas
boa, a «
Mina e
A C
baixos d
era o g
todos os
suas 4 r
rias); «n

madas» (recrutamento de soldados e tripulações); «mesa do tesoureiro» (direitos de importação e exportação).

A Casa da Índia era dirigida pelo *provedor* ou *feitor,* sob a fiscalização directa do rei.

O comércio, a princípio livre, torna-se em breve *monopólio* da Coroa: os produtos eram comprados em todo o Oriente, nas nossas inúmeras feitorias que os remetiam para Lisboa; as feitorias eram agências comerciais da Coroa, dirigidas por funcionários régios — os «*feitores*».

Nas expedições incorporavam-se, às vezes, navios particulares, mas viajando sempre em conjunto, e no regresso, todas as mercadorias eram depositadas na Casa da Índia, e esta fazia a sua distribuição.

Com a vinda directa das especiarias para Lisboa, dá-se uma extraordinária baixa de preços, e os comerciantes alemães, flamengos e italianos, vêm estabelecer sucursais das suas casas, na nossa capital que se torna o centro do comércio mundial.

A *Feitoria da Flandres* — fundada por D. João I em *Bruges,* e depois mudada para *Antuérpia* — foi o grande centro de irradiação do comércio das especiarias pelo centro e norte da Europa, tornando-se, assim, no século XVI, uma verdadeira agência comercial da Casa da Índia (1).

---

(1) Da *Feitoria da Flandres* vinham também para Portugal muitos produtos daquelas regiões europeias e como, mais tarde, o montante das nossas compras se tornou superior ao das vendas, o déficit comercial obrigou D. João III a extinguir aquela feitoria.

A COLONIZAÇÃO DO BRASIL

As capitanias

D. Manuel, absorvido com a política da Índia, não prestou grande atenção ao Brasil.

De princípio, limitou-se a dar de *arrendamento* o comércio das terras a Fernando Noronha, pelo prazo de três anos (1502-1505) sob a condição de este mandar descobrir, em cada ano, 300 léguas de costas.

Este contribuiu notàvelmente para o reconhecimento do litoral brasileiro, mas da terra quase só se extraía, então, o *pau-brasil.*

Nos últimos tempos de seu reinado tentou já D. Manuel as primeiras experiências de colonização, ordenando, entre outras medidas, que ali se estabelecesse um engenho de açúcar.

Foi, porém, D. João III que empreendeu a grande obra de colonização da terra brasileira.

Em 1530, nomeia **Martim Afonso de Sousa** capitão-mor do Brasil investido de altos poderes: governar as terras conhecidas e as que descobrir; organizar a justiça; distribuir terras aos companheiros que ali se quisessem fixar, etc.

Com o desejo de povoar sistemàticamente toda a costa do Brasil, o rei manda dividir o território em grandes faixas, do litoral para o interior, denominadas *capitanias,* concedidas a donatários.

As capitanias eram independentes, e os respectivos capitães, «governadores» ou donatários tinham por dever colonizar (distribuindo terras e povoando-as) e defender, por si, o território da sua capitania, e como direito o pleno governo e a administração da justiça, à semelhança dos senhores feudais.

O rei, como suserano, ficava com o monopólio do pau-brasil, e com o quinto dos metais e pedras preciosas.

Ao regime das capitanias se deve um grande desenvolvimento agrícola do Brasil e a fundação de muitas povoações.

Governo-Geral

Como as capitanias eram independentes umas das outras, os capitães, por falta de recursos e de forças, mostraram-se impotentes para submeter os índios revoltados, e defender as terras contra os ataques dos corsários estrangeiros.

Para evitar tais inconvenientes D. João III, sem abolir o sistema das capitanias, modifica-o instituindo o sistema do *Governo-Geral:* um governador-geral, delegado do rei, governando por 3 anos, com autoridade sobre todos os donatários.

O primeiro governador-geral foi **Tomé de Sousa** que parte para o Brasil em 1549, e ali funda a cidade de *S. Salvador da Baía,* onde estabelece a capital. Intensifica a colonização, e ordena a perseguição dos piratas franceses que são desbaratados na baía do Rio de Janeiro.

Um dos maiores governadores do Brasil foi **Mem de Sá** que governou 14 anos, pacificou os indígenas, povoou as terras, expulsou definitivamente os franceses do Brasil, e fundou a cidade de S. Sebastião (1567), depois *Rio de Janeiro.*

Actividade dos colonos

A colonização começou pelos núcleos das capitanias estabelecidas junto à costa e dali se expandiu para todo o interior.

Os colonos fixados no Brasil por iniciativa dos donatários e dos governadores aplicaram-se, principalmente, na agricultura, lançando os fundamentos da economia brasileira: ali introduzem as *ferramentas de trabalho* (machadas, enxadas, foices, arados, carros, etc.) totalmente desconhecidas dos indígenas; desenvolvem as culturas naturais (especialmente a mandioca); introduzem todas as espécies de *animais domésticos;* e para lá transplantam novas culturas, como o *trigo,* o *arroz,* a *vinha,* a *laranjeira* e, sobretudo, a *cana-de-açúcar* (levada da Madeira e de S. Tomé) que em breve se torna a mais rica e importante cultura das terras brasileiras.

A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES E A QUESTÃO DAS MOLUCAS

Pelo tratado de Tordesilhas o mundo das Descobertas fora dividido em dois hemisférios: o oriental para Portugal e o ocidental para a Espanha.

Porém, depois de os Portugueses terem descoberto as *Molucas* (as ilhas do cravo) surgiu um conflito com a Espanha, pois esta julgava que aquelas ilhas ficavam dentro do seu hemisfério. E foi esta questão que levou o imperador Carlos V a contratar o português **Fernão de Magalhães** (que estivera na Índia e em Malaca) para encontrar, através da América, uma passagem para o Oriente a fim de atingir as Molucas e arrancar a posse delas aos Portugueses.

Magalhães, acompanhado de outros pilotos e cosmógrafos portugueses (**Rui Faleiro** e outros) partiu

de S. Lucar em Setembro de 1519, passou o estreito sul-americano (depois *«Estreito de Magalhães»)* em Dezembro de 1520, atravessou o Pacífico e atingiu as Filipinas, onde faleceu ferido pelos indígenas (1521). Um dos navios comandados pelo espanhol Sebastião del Cano continuou a viagem, chegando a S. Lucar em Setembro de 1522 — ficando, assim, realizada a primeira *viagem de circum-navegação do Globo.*

D. João III reclamou a entrega da carregação do navio chegado e a punição do capitão; estabeleceram-se negociações sem resultado; e expedições portuguesas e espanholas chegaram a travar combate. A questão das Molucas veio, finalmente, a resolver-se pelo tratado de Saragoça (1529) pelo qual Carlos V abandona as suas pretensões àquelas ilhas a troco de uma indemnização, assentando-se depois que o meridiano divisório passava a 7.° a E. das Molucas e, portanto, que elas ficavam dentro do hemisfério reservado a Portugal.

CONSEQUÊNCIAS DOS DESCOBRIMENTOS

Os descobrimentos dos Portugueses transformaram a face do mundo, e tiveram em todos os campos da vida as mais extraordinárias consequências.

Consequências económicas

Uma das primeiras e mais importantes consequências foi a *deslocação do comércio mediterrâneo para o Atlântico* e, consequentemente, a *decadência das repúblicas italianas* (Veneza, Génova e outras) que antes faziam o tráfego das especiarias.

Lisboa torna-se, então, o *primeiro centro comercial da Europa* e do mundo (1).

Em virtude da dificuldade de transportes e dos muitos intermediários no negócio, as especiarias chegavam, anteriormente, à Europa por preços exorbitantes; mas, logo que os Portugueses trazem directamente da Índia os produtos orientais, dá-se uma grande *baixa de preços,* o seu consumo generaliza-se, e o *comércio* torna-se a primeira fonte e *base da riqueza.*

Outra consequência de relevo, no campo económico, foi a grande *afluência à Europa de metais e pedras preciosas* (vindos do nosso Império e, sobretudo, da América espanhola) pois daí resultou, por toda a parte: a carestia da vida; a desvalorização da terra; e o incremento do *capitalismo.*

Apesar de uma aparente prosperidade, os Descobrimentos foram econòmicamente ruinosos para Portugal, pois, os campos despovoaram-se, a agricultura decaiu, as indústrias definharam e os lucros do monopólio oriental em breve foram absorvidos na importação de produtos estrangeiros.

(1) *Lisboa manuelina* é, no século XVI, a metrópole do comércio do Atlântico. D. Manuel edifica os *Paços da Ribeira* para vigiar os negócios da «*Casa da Índia*» e ao lado fica a *Ribeira das Naus* — estaleiro das construções navais em actividade febril e ruidosa. A cidade atinge 100 000 habitantes, dos quais 10 000 escravos (negros e asiáticos), e 7000 estrangeiros. O Tejo está coalhado de navios de toda a Europa que aqui vêm descarregar mercadorias dos seus países e carregar as do Oriente.

Nas lojas da *Rua Nova dos Mercadores* juntam-se às preciosidades do Oriente os mais ricos produtos fabricados na Europa. Nos saraus e nas ruas ostenta-se o luxo das sedas e jóias, dos cavalos e da criadagem.

Consequências científicas

A descoberta de tantas *realidades novas* trouxe como imediata consequência a ruína da ciência livresca, que foi substituída pela *ciência dos factos* e pela *observação* da natureza.

Desfizeram-se muitos enganos e lendas dos antigos (ilhas fantásticas, terrores marinhos, etc.) e todas as ciências se desenvolveram: a *Geografia* e ciências afins — Astronomia, Cosmografia e Cartografia — com novos mares, novos céus e novas terras; as *Ciências Naturais,* com novas plantas, novos animais e novas gentes; a *Medicina,* com novos produtos terapêuticos, etc., etc.

Repercussão também notável tiveram os Descobrimentos na Literatura — *História* e *Viagens,* e na Arte — o *estilo manuelino,* também justamente chamado «arquitectura do mar» e «estilo atlântico».

Consequências morais e sociais

No campo social, o aumento da riqueza, proveniente do surto do comércio internacional e da abundância de moeda, trouxe, em toda a Europa, como consequência, por um lado, o *progresso da burguesia* formada por comerciantes, banqueiros e capitalistas, e, por outro lado, a *decadência da nobreza rural* que vivia do rendimento das terras.

No campo moral, os efeitos dos Descobrimentos foram, em geral, a ambição de enriquecer, o gosto do luxo e a sede de prazer, com a natural repercussão no rebaixamento do carácter e na dissolução dos costumes. Estes males fizeram-se sentir especialmente em

Portugal, onde a vida depressiva no Oriente e a febre dos negócios, a «miragem da Índia» e a atracção da capital amoleceram os caracteres e corromperam as antigas e austeras virtudes da grei.

Daqui resultou, naturalmente, a perda do amor ao trabalho produtivo, a tendência para a ociosidade e, finalmente, a depressão moral e social que levou à crise da independência e à nossa submissão ao estrangeiro.

O RENASCIMENTO E SUAS RELAÇÕES COM OS DESCOBRIMENTOS

O movimento renascentista

O movimento cultural denominado «*Renascimento*» surgiu, nos fins do século XV, em Itália e começou pelo estudo das letras ou humanidades greco-romanas *(Humanismo)*.

Da Itália irradiou para toda a Europa e entrou em Portugal, sobretudo através dos *bolseiros* do rei que, a partir de D. João II, frequentavam as Universidades de Paris, Florença, etc., e de professores estrangeiros contratados para escolas portuguesas.

O entusiasmo pela cultura clássica foi tal que até as damas do paço se correspondiam em latim.

Do Humanismo proveio, directamente, o Renascimento literário, introduzido em Portugal por **Sá de Miranda** e, em todo o século XVI, aqui floresceu numa produção literária prodigiosa — desde a Historiografia, à Literatura de Viagens e à Poesia Épica — toda ela impregnada do espírito heróico, de euforia e orgulho nacional pela alta missão de Portugal na empresa das Descobertas e Conquistas.

Como vultos notáveis nas letras, distinguiram-se, entre muitos outros, **Damião de Góis**, amigo de Erasmo, **João de Barros**, autor das *Décadas da Ásia*, **Fernão Mendes Pinto**, infatigável viajante do Oriente, e, acima de todos, **Camões**, cantor das glórias nacionais no poema «*Os Lusíadas*» e o mais alto representante do Renascimento português.

As Ciências no Renascimento

Ao lado da cultura greco-latina, uma das características do Renascimento foi o alargamento dos horizontes geográficos para além do estreito mundo medieval. Neste aspecto foi notabilíssimo o papel de Portugal como o primeiro centro de expansão da cultura moderna, graças à actividade dos Descobrimentos.

Por necessidade e influxo das navegações e descobertas, todas as ciências, como já vimos, se desenvolveram extraordinàriamente, pois o sucesso de tal empresa implicava a constante colaboração entre os técnicos da navegação e os homens de ciência.

Entre a plêiade dos grandes cientistas portugueses do século XVI, figuram nomes ilustres como: **Duarte Pacheco Pereira**, navegador e geógrafo (1), **D. João de Castro**, nauta e hidrógrafo, autor de famosos *Roteiros*, **Garcia de Orta**, médico e naturalista (2), **Pedro Nunes**, matemático e cosmógrafo, autor do *nónio* e do *Tratado da Sphera*, e tantos mais.

---

(1) Autor da obra «*Esmeraldo de Situ Orbis*».
(2) Autor da obra «*Colóquios dos simples e drogas medicinais da Índia*».

Todos estes cientistas afirmam, repetidamente, que «*a' experiência é a madre das cousas*», e, pela observação directa, corrigiram muitos erros antigos, sobrepondo assim, ao «critério da autoridade», o «*critério da experiência*».

Tal como as letras e as ciências, também a *Arte* portuguesa do Renascimento reflecte o ambiente dos descobrimentos: A *arquitectura manuelina — Mosteiro dos Jerónimos, Torre de Belém, Convento de Cristo,* etc. — caracteriza-se pela exuberância decorativa com elementos náuticos e ultramarinos (cabos de bordo, esferas armilares, etc.).

Na pintura do século XV, o genial **Nuno Gonçalves** retrata, nos célebres *Painéis de S. Vicente,* o infante D. Henrique e os seus homens; e no século XVI, muitos pintores (Gregório Lopes, Jorge Afonso, etc.) representam temas alusivos às navegações e descobertas ultramarinas.

A reforma da Universidade

Integrada no movimento humanista-renascentista deve considerar-se, também, a reforma dos estudos levada a efeito por D. João III.

Este soberano começa (em 1527) por instituir *50 bolsas de estudo* no colégio de Santa Bárbara em Paris, para, entre esses bolseiros, recrutar os futuros professores.

Em 1537 transfere a *Universidade* definitivamente para *Coimbra,* dá-lhe novos estatutos, contrata professores ilustres de universidades estrangeiras, elevando, em alto grau, o nível do ensino superior.

Em 1548, funda D. João III o *Colégio das Artes,* sob a direcção do humanista **André de Gouveia,** e torna a sua frequência obrigatória para o ingresso na Universidade, lançando, assim, as bases do ensino médio.

A CONTRA-REFORMA E A EVANGELIZAÇÃO ULTRAMARINA

A Inquisição

Com o fim de estabelecer a unidade religiosa no reino, D. Manuel, seguindo o exemplo dos reis Católicos de Espanha, ordenou, em 1496, a expulsão dos judeus que se não convertessem e deu-lhes o prazo de dez meses para partirem. Porém, quando iam embarcar, foram-lhes arrebatados os filhos menores de 14 anos e bastantes foram atacados pelo povo, o que levou muitos judeus a pedirem o baptismo, fingindo-se cristãos.

Aos judeus baptizados, e aparentemente convertidos à religião cristã, deu-se o nome de *cristãos-novos.*

Estes, assistem ao culto cristão, mas, intimamente, ficam fiéis à sua religião e praticam, em casa, os ritos judaicos, o que faz surgir graves conflitos.

O povo que sempre tivera aversão aos judeus, sobretudo por motivos económicos (empréstimos a altos juros, exacções na arrecadação de impostos, etc.) manteve o mesmo ódio contra os cristãos-novos manifestado em frequentes motins.

O mais grave e sangrento foi o célebre motim de 1506, na Igreja de S. Domingos, durante o qual foram mortos cerca de dois mil cristãos-novos.

Apesar da repressão violenta de D. Manuel os tumultos repetem-se, e, com o fim de lhes pôr termo,

D. Manuel pede ao papa o estabelecimento dum tribunal da *Inquisição*, semelhante ao de Castela, mas nada consegue (1).

D. João III renova o pedido e, depois de repetidas solicitações, o papa Paulo III concede, em 1536, a criação em Portugal, do tribunal da *Inquisição* formado de 3 inquisidores nomeados pelo papa e um nomeado pelo rei; e só em 1547, autoriza que a Inquisição se torne, como em Castela, uma Inquisição livre com o direito de o rei escolher os inquisidores.

A Inquisição ou tribunal do *Santo Ofício* julgava não só os delitos de heresia, extensivos a judeus, mouros e protestantes, como os de sortilégio e feitiçaria; o processo começava pela denúncia e terminava pela sentença. Se esta dava como provado o crime de heresia o réu era entregue à justiça secular, que lhe aplicava a pena de morte pelo fogo, estabelecida para tais crimes, na lei civil; se o delito era menos grave aplicavam-se penas de degredo, prisão, penitência, etc.

A Inquisição tinha ainda a seu cargo a *Censura* de todos os livros a publicar em Portugal, e a organização do *Index Expurgatório* ou lista das publicações proibidas de circular no reino.

Em dois séculos (1536-1732), de 24 522 pessoas julgadas pela Inquisição, apenas 1454 sofreram a pena

(1) A Inquisição teve a sua origem na Idade Média, e era um tribunal religioso encarregado de «inquirir» acerca dos crimes de heresia.

Esta *Inquisição eclesiástica* era absolutamente independente do Estado, pois os seus inquisidores eram nomeados pelo papa ou pelos bispos.

Foram os Reis Católicos que, em 1478, conseguiram do papa a criação da nova Inquisição — *Inquisição do Estado* que dava ao rei o direito de escolher os inquisidores para julgarem os delitos contra a fé.

de morte, número inferior ao das vítimas causadas, num só dia, pelo célebre motim de S. Domingos, em 1506.

A primeira vantagem da Inquisição foi, pois, a de acabar com as violências populares, proibindo o povo de fazer justiça por suas mãos. Outra vantagem foi a de evitar a entrada das doutrinas protestantes em Portugal e as sangrentas guerras religiosas que assolaram a Europa.

A par das vantagens teve, também, alguns inconvenientes, pois, a organização do *Index* dos livros proibidos (desde que os seus autores fossem suspeitos de ideias reformistas) privou-nos de obras estrangeiras de reconhecido valor científico, e alguns portugueses de mérito deixavam de escrever ou saíam do País, com receio de perseguições — pelo que a Inquisição impediu, assim, em parte, o desenvolvimento da cultura nacional.

Os Jesuítas no ensino

Fundada, em 1539, por Inácio de Loiola, a *Companhia de Jesus* propunha-se defender e propagar a fé pelos seguintes meios: — a pregação —, o ensino da mocidade —, as missões entre os infiéis.

Logo que D. João III sabe de tais propósitos, escreve ao seu embaixador em Roma, convidando os jesuítas a virem exercer o apostolado nas terras do nosso império, e em 1540 entram em Portugal três companheiros de Loiola: **Simão Rodrigues,** português, Paulo Camerte, italiano, e o espanhol **Francisco Xavier.**

Simão Rodrigues ficou no reino, e Francisco Xavier partiu logo, em 1541, para a Índia.

Em Portugal, Simão Rodrigues funda em 1542 a

1.ª casa da Companhia, depois transformada em *Colégio de Santo Antão*, e, no mesmo ano, é fundado, em Coimbra, o *Colégio de Jesus* e, a seguir, o *Colégio do Espírito Santo* em Évora.

Em 1555, entrega D. João III o *Colégio das Artes* aos jesuítas, ficando assim estes na posse de todo o ensino secundário do País.

Em 1558 fundam uma universidade em *Évora*, e os colégios de jesuítas multiplicam-se depois, ràpidamente, por todas as cidades do Reino.

O regime de estudos dos jesuítas encontra-se no *Ratio Studiorum*, regulamento estabelecido depois de longos anos de experiências, e abrangia 2 graus: o ensino secundário com Gramática, Humanidades, etc., e o ensino superior com Teologia, Filosofia, Matemática, etc.

O ensino dos jesuítas dirigia-se especialmente ao desenvolvimento das faculdades do espírito, e os alunos eram estimulados por meio de prémios e sabatinas.

Foi notável a acção dos jesuítas no campo do ensino, não só no Continente como nas Ilhas e no Império, e foi a sua grande influência doutrinadora que contribuiu também, decisivamente, para que as ideias protestantes não penetrassem em Portugal.

Os Jesuítas no Oriente e no Brasil

Propagar a fé foi a primeira e mais alta missão dos Portugueses. Por isso, nas nossas armadas seguiram sempre missionários — dominicanos, franciscanos, etc., — mas são os padres da Companhia de Jesus os que vão exercer mais notável acção.

No Oriente — O jesuíta **P.e Francisco Xavier**

chega a Goa em 1542, e, em poucos meses, converte à fé cristã milhares e milhares de naturais.

De Goa passa a Cochim e depois a Ceilão e Meliapor; em 1545, vai até Malaca e Ternate; volta a Goa, e daqui parte para o Japão (1549); volta novamente a Goa em 1552, e nesse mesmo ano parte para a China, onde morreu, depois de uma actividade esgotante de dez anos, ao serviço de Deus e de Portugal.

O exemplo do grande Santo missionário animou toda a acção civilizadora dos jesuítas no Oriente.

O *colégio de S. Paulo*, em Goa, aumenta de frequência e a ele acorrem alunos de todas as regiões e raças; funda-se o grande *Hospital de Goa;* organizam-se missões nas ilhas Malaias, no Japão, na China, no Sião, na Pérsia, etc.

Entre os grandes exploradores jesuítas distinguem-se o **P.e Bento de Góis** que atravessa o Pamir e, percorrendo mais de mil léguas, penetra na Mongólia, e o **P.e António de Andrade** que atinge o Tibete.

No Brasil — A evangelização começa em 1549, com a chegada do jesuíta **Manuel da Nóbrega,** e outros, vindos com o primeiro governador-geral.

O P.e Manuel da Nóbrega ajuda a levantar a cidade de *S. Salvador da Baía,* onde edifica a primeira igreja, e funda depois o *Colégio de S. Paulo* e o *Colégio do Rio de Janeiro,* que foram os núcleos originários das duas maiores cidades do Brasil.

No Sul distinguiu-se o **P.e José Anchieta,** autor da primeira gramática publicada em língua tupi-guarani.

A obra dos jesuítas no Brasil foi notabilíssima: fundam inúmeras aldeias, que se tornam vilas e cidades; levantam templos; criam escolas e seminários; convertem, educam e fixam os indígenas em *aldeamen-*

tos; e tornam-se os grandes defensores da *liberdade dos Índios* contra todas as tentativas de escravização.

Em suma: tanto no Oriente como no Brasil, os missionários jesuítas, além de espalharem a religião de Cristo, contribuíram para o desenvolvimento das ciências; fundaram inúmeras instituições de assistência (asilos, lazaretos, hospitais, etc.); finalmente, ensinaram e difundiram a língua portuguesa; e, por tudo isso, foram eles, com os outros missionários, os grandes obreiros da nossa acção civilizadora.

ASPECTOS CULTURAIS NO 3.º PERÍODO

No século XV:

Introduz-se a imprensa *em Portugal (1480) e difundem-se as* livrarias.

Na Literatura, *aperfeiçoa-se a prosa e surge a* historiografia *com os* cronistas **Fernão Lopes** *e outros.*

Na Arte *floresce, no auge, o* estilo gótico — *Batalha, Sé da Guarda, etc.* —, *e distingue-se o genial* **Nuno Gonçalves,** *pintor dos* «Painéis de S. Vicente».

A Assistência *sofre profunda remodelação: criam-se os grandes* Hospitais Reais — *Hospital de Todos-os-Santos, em Lisboa (1492), e as primeiras* Misericórdias — *Misericórdia de Lisboa (1498).*

No século XVI — período áureo:

A língua portuguesa *expande-se pelo mundo e torna-se a «língua franca» em todo o Oriente.*

A Instrução *é fomentada pelos soberanos:* — *enviam-se* bolseiros *ao estrangeiro; reforma-se a* Universidade de Coimbra *e cria-se o* Colégio das Artes *(Humanidades).*

Literatura: *Introduz-se o Renascimento* — **Sá de Miranda;** *funda-se o* teatro português — **Gil Vicente;** *desenvolve-se a* historiografia — **João de Barros, Damião de Góis, Diogo do Couto,** *etc., e a* Literatura de viagens — **Fernão Mendes Pinto, Duarte Barbosa,** *etc.;* **Camões** *escreve* «Os Lusíadas».

Artes: *Floresce o* estilo manuelino — *Jerónimos, Torre de Belém, Convento de Cristo, etc.*

Na pintura *distinguem-se, entre muitos artistas de vulto,* **Grão Vasco, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes,** *etc.*

Atinge alto nível a ourivesaria — Custódia dos Jerónimos *(feita por Gil Vicente com o primeiro ouro de Quíloa).*

Ciências: *Entre a notável plêiade de cientistas portugueses, neste século, distinguiram-se os seguintes vultos: Na* Geografia — **Duarte Pacheco Pereira,** *cosmógrafo, e muitos cartógrafos; em* hidrografia — **D. João de Castro,** *nauta e matemático; na* Botânica — **Garcia de Orta, Tomé Pires** *e outros; em* Medicina — **Amato Lusitano,** *o maior médico do Renascimento; na* Matemática — **Pedro Nunes,** *autor do* nónio *e de vários* Tratados *sobre cosmografia.*

4.º PERÍODO — DECLÍNIO

D. SEBASTIÃO E A SUA ÉPOCA

Política marroquina e suas consequências

Neto de D. João III e de Carlos V, D. Sebastião foi rei aos 3 anos (1557) e tomou o governo aos 14 anos de idade.

Cavaleiro místico, influenciado pelos protestos do povo contra o abandono das praças de África e pelos incitamentos do próprio Camões contra o «torpe ismaelita», **D. Sebastião** pensa em estender o Império Lusitano pelas terras da Mauritânia, renovando a política marroquina de D. Afonso V.

Como *Muley-Hamed,* rei de Fez, destronado pelo tio *Muley-Moluco,* pedisse socorro ao rei de Portugal, D. Sebastião aproveita tais dissensões para realizar o sonhado plano.

Pede auxílio a seu tio Filipe II, é autorizado pelo papa a cobrar o terço dos rendimentos eclesiásticos, e organiza um exército de 18 000 homens com os melhores cavaleiros portugueses e muitos estrangeiros.

A grande armada parte em Junho, e no dia *4 de Agosto de 1578,* trava-se a batalha de *Alcácer Quibir* onde o nosso exército ficou destroçado (9000 mortos

e os restantes prisioneiros) e D. Sebastião desapareceu para sempre.

As consequências desta derrota vieram apressar o nosso declínio, porque nela morreu o rei sem deixar descendentes, nela se perdeu a melhor gente portuguesa, e com o resgate dos inúmeros prisioneiros se gastaram quantias enormes.

O cardeal-rei e a crise dinástica

Chegada a notícia da morte de D. Sebastião, sobe ao trono seu tio o cardeal D. Henrique, com 66 anos de idade. Velho e eclesiástico, não podia dar sucessão directa ao trono, e por isso, logo surge a grave crise da sucessão.

Aparecem vários pretendentes, sendo os principais três netos de D. Manuel: — **Filipe II** de Espanha, filho da princesa D. Isabel; **D. Catarina, duquesa de Bragança,** filha do infante D. Duarte; e **D. António, prior do Crato,** filho natural do infante D. Luís.

D. Catarina era de direito a legítima sucessora, por ser descendente de D. Manuel por via masculina, e o cardeal inclinava-se para ela.

Mas Filipe II, adversário poderoso, põe logo ao seu serviço *Cristóvão de Moura* a quem manda de Madrid para Lisboa, e aqui começa a sua tarefa de corrupção, espalhando dinheiro e promessas.

O cardeal, intimidado, resolveu convocar cortes em Lisboa (1579), para que estas elegessem uma lista de nomes dentre os quais o rei escolheu os governadores que deviam assumir o poder e os juízes que deveriam julgar o pleito da sucessão, no caso de ele morrer sem ter escolhido sucessor.

Em 1580, reúnem novas *cortes em Almeirim,* mas a corrupção castelhana dividira as opiniões, e no meio da confusão geral, apenas **Febo Moniz,** procurador por Lisboa, levanta o seu protesto contra a possível entrega do reino a Castela.

Entretanto o cardeal, sempre hesitante, morre sem ter declarado o sucessor.

Perda da independência — Filipe II de Espanha

Morto o cardeal-rei, D. António, prior do Crato, é aclamado rei, em Santarém e outras cidades da província, e marcha para Lisboa.

Três procuradores fogem para Castro Marim e ali declaram Filipe II sucessor ao trono de Portugal.

Este encarrega o duque de Alba de invadir Portugal pelo Alentejo, e marcha sobre a capital.

Junto a Lisboa, deu-se o encontro de *Alcântara* em que o pequeno exército de D. António foi vencido, e Filipe II ficou senhor de Portugal.

Filipe II foi depois aclamado rei nas *Cortes de Tomar* de 1581, e ali jurou guardar os foros, privilégios e liberdades do reino, de modo que o governo de Portugal ficasse inteiramente separado do de Espanha.

Acção de D. António, prior do Crato

Depois da batalha de Alcântara, D. António, prior do Crato, refugia-se em França e ali recruta soldados que manda para a ilha Terceira, que o aclamara rei e não reconhecia o governo filipino. Em 1582 faz-se conduzir, numa esquadra francesa, àquela ilha, donde depois retira, mas mantém ali um seu governador até Julho de 1593 — data da submissão da Terceira pela Espanha.

Refugiado novamente em França, passa à Inglaterra, pede e obtém o auxílio da rainha Isabel, e organiza-se uma esquadra que dali o traz até ao porto de Lisboa. Não encontrando, porém, o apoio que esperava, regressou mais uma vez ao exílio, falecendo em França, quando preparava uma nova expedição para reconquistar a perdida independência.

Apesar de toda a actividade de D. António e do apoio que encontrou nas cortes de França e Inglaterra, então rivais da Espanha, os seus esforços foram vãos, nesta crise dinástica de 1580 — aparentemente semelhante à crise dinástica anterior (1383-1385) de que Portugal saiu vitorioso.

Como se explicarão tão diferentes resultados nessas duas crises da independência nacional?

É que em 1383, ao lado dos grandes chefes (o mestre de Avis e Nun'Álvares) tínhamos um povo forte, unido, cioso dos seus privilégios e pronto a bater-se pelo ideal comum.

E agora, depois de dois séculos de esgotantes esforços nas descobertas e conquistas, o País estava exausto, a sociedade corrompida e o povo amolecido e sem energia capaz de sacrifícios. Por isso, Portugal, fàcilmente vencido, se entrega quase sem resistência ao domínio de um rei estrangeiro.

O Sebastianismo

Apesar das promessas feitas nas Cortes de Tomar, depressa os Portugueses começaram a sentir o peso do jugo castelhano nas perseguições aos partidários do prior do Crato.

Ansioso por recuperar a perdida liberdade, e não havendo a certeza do destino de D. Sebastião, criou-se a lenda do Encoberto, fundada nas profecias do *Bandarra,* sapateiro de Trancoso.

Assim se espalhou a crença de que D. Sebastião, o «bom rei Encoberto», viria trazer a liberdade e a justiça ao povo oprimido.

Explorando a credulidade popular, chegam a aparecer alguns aventureiros que se fazem passar por D. Sebastião, impostura que lhes valeu a morte.

O Sebastianismo perdurou por longos anos, renovando-se nos períodos mais críticos da nacionalidade, como o mito da esperança em melhor futuro, e veio a influir fortemente na reacção contra o domínio filipino.

GOVERNO DOS REIS ESPANHÓIS

Ordenações filipinas

Como as Ordenações de D. Manuel haviam sido alteradas por várias leis posteriores, Filipe II, para agradar aos Portugueses, encarregou uma comissão de jurisconsultos, de proceder à revisão das Ordenações Manuelinas.

A nova compilação foi publicada, no reinado de Filipe III, com o nome de *Ordenações Filipinas,* mantinha o mesmo plano das Ordenações anteriores, e organizou a *Relação do Porto.*

As Ordenações Filipinas, depois confirmadas por D. João IV, mantiveram-se em vigor até ao Constitucionalismo.

Perda do monopólio oriental e da marinha nacional

Senhores de um imenso império desproporcionado aos nossos fracos recursos, decaídos económica e socialmente, e sem a tenacidade de outros povos, o nosso monopólio oriental havia de decair fatalmente; mas a união de Portugal à Espanha veio apressar a derrocada.

Filipe II, em guerra com a Inglaterra e a Holanda, arrastou-nos para a luta, e em 1585 fechando os nossos portos aos navios holandeses, fez recrudescer os assaltos dos piratas franceses, ingleses e holandeses contra os nossos navios vindos do Oriente.

O inglês Drake apresa-nos (1587) o navio S. Filipe carregado de produtos orientais, e em 1595 os Holandeses vão directamente ao arquipélago Malaio, procurar as especiarias.

Em 1598 uma esquadra inglesa bloqueia o porto de Lisboa, engarrafando a nossa esquadra no Tejo. Os Holandeses com os mares livres, dirigem sucessivas expedições para as Molucas, e, em 1602, fundam a *Companhia das Índias Orientais,* para o comércio com o arquipélago Malaio.

Os Ingleses, seguindo o mesmo caminho, fundam também, em 1600, a sua «Companhia das Índias Orientais», com o monopólio do comércio das Índias.

Assim perdemos o nosso monopólio comercial, e com ele, o nosso domínio no Oriente.

A marinha nacional, que durante largo tempo dominara os mares, encontrava-se, nos fins do século XVI, já bastante desfalcada por virtude dos frequentes naufrágios, devidos a excesso de carregamento. Com a dominação filipina agrava-se a ruína, pois os navios

da carreira da Índia passam a ser constantemente assaltados por corsários ingleses e holandeses, inimigos da Espanha.

Também na *Invencível Armada* de Filipe II contra a Inglaterra (1588) participaram e se perderam alguns navios portugueses (1).

Ataques de Holandeses, Franceses e Ingleses às colónias

Filipe II, absorvido pelas guerras europeias, deixara ao abandono os nossos domínios ultramarinos que começam a ser assaltados por toda a parte.

No *Oriente* — os Holandeses levam-nos Malaca, depois Ceilão, e por fim as ilhas de Sonda e as Molucas; os Ingleses tomam-nos Ormuz, e vão penetrando no Indostão onde vêm a constituir o seu «Império das Índias».

No *Brasil* — os Franceses atacam Paraíba, e os Ingleses assaltam Santos e S. Salvador da Baía, mas são todos repelidos pelos colonos.

Os Holandeses que haviam fundado, em 1621, a

---

(1) No respeitante à marinha portuguesa no tempo dos reis filipinos, cumpre esclarecer estes dois pontos:

1.° — As perdas navais de Portugal na *Invencível Armada* foram diminutas, pois, de 16 navios portugueses que nela participaram, apenas *três* se perderam.

2.° — No último período do domínio filipino a marinha portuguesa fruiu certa prosperidade, pois, de 1601 a 1640, além da carreira do Brasil, partiram, só para a Índia, mais de 200 navios, e nesse período teve Portugal notáveis almirantes, cosmógrafos e construtores navais.

Este desenvolvimento naval, no século XVII, deve-se ao extraordinário incremento do *comércio do açúcar* brasileiro, cujo tráfego era feito, quase exclusivamente, por navios portugueses — o que fez desenvolver as construções navais, operando-se, assim, o ressurgimento da marinha mercante.

Companhia das Índias Ocidentais para o comércio do Brasil e da África Ocidental, projectam conquistar o Brasil e para ali dirigem poderosas esquadras. Assaltam o Rio de Janeiro, saqueiam a Baía, e em 1635, apoderam-se de Pernambuco cuja posse mantêm por cerca de 20 anos.

Em 1654 são finalmente expulsos dali, como o tinham sido de todos os outros lugares do Brasil, graças à heróica resistência dos povoadores portugueses, aliados aos nativos.

Na *África* — os Holandeses assaltam S. Tomé, assenhoreiam-se de S. Jorge da Mina e do golfo da Guiné, atacam Moçambique donde são repelidos, e em 1641, apoderam-se de *Luanda,* em Angola, donde são expulsos finalmente, em 1648, por **Salvador Correia de Sá** — com uma expedição organizada no Brasil.

Durante o domínio filipino perdeu Portugal muitas terras que foram enriquecer outras nações, mas muitas, custosamente conservadas, e outras, reconquistadas, se teriam perdido para sempre, se não fora o esforço ingente dos colonizadores portugueses e, muitas vezes, a reacção dos próprios indígenas.

REACÇÃO CONTRA O DOMÍNIO CASTELHANO

Primeiras reacções

Filipe II não cumpriu as promessas feitas nas Cortes de Tomar: continuavam nas nossas fortalezas as guarnições castelhanas; os negócios do reino eram resolvidos em Madrid; armamentos e tropas portuguesas eram levados para Espanha.

Seu filho, Filipe III, cria o Conselho da Fazenda, para o qual nomeia 3 espanhóis; leva soldados portugueses para a guerra da Flandres, e nomeia um espanhol para vice-rei de Portugal.

Todas estas medidas eram contrárias ao pactuado nas Cortes de Tomar, e por isso se levantam protestos, e surgem as primeiras reacções.

Com Filipe IV agrava-se ainda mais a nossa situação: a agricultura, o comércio e a indústria ficam em completa decadência, as fortalezas são desguarnecidas e os navios assaltados pelos piratas.

Os impostos antigos aumentam extraordinàriamente, e criam-se outros novos, como o imposto da *meia-anata,* que obriga todos os funcionários ao pagamento de metade dos seus ordenados, durante dois anos.

O *conde-duque de Olivares,* ministro de Filipe IV, pensa em incorporar Portugal no reino da Espanha: manda para o governo de Portugal a duquesa de Mântua e nomeia Secretário de Estado, *Miguel de Vasconcelos,* inimigo da pátria e detestado pelos Portugueses; tenta afastar de Portugal o duque de Bragança; e lança sobre o País o imposto de 500 000 cruzados que levanta protestos gerais.

Em 1637, rebenta em Évora a revolta do «*Manuelinho*» que alastra pelo Alentejo e Algarve; o clero, especialmente os jesuítas, começa a pregar contra o despotismo filipino; renova-se o *sebastianismo* que anuncia como salvador o duque de Bragança.

Para aniquilar esta reacção, Olivares chama a Madrid os principais nobres portugueses, e manda recrutar, com toda a violência, tropas portuguesas para a guerra de França.

Muitos nobres começam então a conspirar secretamente contra a tirania estrangeira (1).

Revolução de 1640

Já por ocasião dos tumultos de Évora, o povo do Alentejo pretendera aclamar **D. João, duque de Bragança** e, por isso, o rei de Castela tenta afastá-lo do reino.

Depois das últimas ordens de Olivares, a nobreza, que já conspirava a favor do duque, apressou os preparativos de revolução.

Os conjurados — **Dr. João Pinto Ribeiro,** procurador da Casa de Bragança, **Francisco de Melo** e **Jorge de Melo, Miguel de Almeida,** e outros — reúnem-se em casa de **D. Antão de Almada** e insistem junto do duque de Bragança para que aceite a coroa de Portugal.

Ponderado e cauteloso, conhecedor do miserável estado do reino e da espionagem castelhana, D. João, a princípio hesitante, aceita depois a chefia da revolta e com grande decisão a conduz até à vitória.

O entusiasmo é tal, que a própria rainha *D. Luísa de Gusmão,* apesar de espanhola, é partidária da revolução, e algumas fidalgas, como **D. Filipa de Vilhena,** armam, por suas próprias mãos, os filhos, exortando-os ao combate pela liberdade.

(1) Durante o governo de Filipe III (IV de Espanha), apareceram em Alcobaça as célebres *Actas das Cortes de Lamego,* documento que, embora apócrifo, exerceu notável influência na reacção contra os reis castelhanos, dando um fundamento legal à revolução.

As leis de Lamego declaravam expressamente, que a filha de rei português que casasse com estrangeiro perdia o direito à coroa, e por isso, os Filipes descendentes de D. Isabel, casada com Carlos V, eram reis intrusos e ilegítimos.

Na manhã do dia *1.º de Dezembro de 1640,* os conjurados, juntos no Terreiro do Paço, entram no paço da duquesa de Mântua, matam Miguel de Vasconcelos que atiram por uma janela, e D. João IV é aclamado rei de Portugal.

Depois de 60 anos de domínio estranho, fica restaurada a independência nacional.

A Revolução de 1640 e a política europeia

A reacção portuguesa contra o domínio espanhol e a revolução que lhe pôs termo foram, decisivamente, favorecidas pelas condições especiais da política europeia, então na última fase da *Guerra dos Trinta Anos.*

A França de Luís XIII e *Richelieu,* querendo abater a Espanha e a sua aliada Casa de Áustria, procura alianças na Suécia e na Holanda, declara guerra à Espanha e anima os separatistas catalães.

Ao mesmo tempo, *Richelieu* manda agentes a Portugal, incitando-nos à revolta e prometendo-nos o auxílio de um exército francês.

Em Junho de 1640, rebenta a revolta na Catalunha, e Olivares ordena à nobreza portuguesa que acompanhe Filipe IV, e manda proceder a grande leva de tropas portuguesas para a guerra da Catalunha.

Em face de tão desesperada situação só há uma solução salvadora que é a revolução — revolução que triunfou graças à firme vontade e acção dos Portugueses, mas mercê, também, das favoráveis condições da política europeia.

ASPECTOS CULTURAIS NO 4.º PERÍODO

Sem autonomia política, com a nação económica e socialmente empobrecida, e sem uma corte protectora de sábios e artistas, o período filipino foi de manifesta decadência em todos os domínios da cultura.

Nas Letras, *o traço mais saliente foi a* historiografia alcobacense, *com a vasta obra* Monarquia Lusitana, *de* **Frei Bernardo de Brito, António Brandão** *e outros.*

Nas Ciências, *apenas a* cosmografia *mantém certo nível, com* **João Lavanha** *e* **Manuel de Figueiredo.**

Nas Artes, *desponta o* estilo barroco, *em igrejas jesuítas, de fachadas severas e talha dourada.*

O ensino superior, decadente, e nas artes, falta de inspiração e geral indigência.

5.º PERÍODO — RESTAURAÇÃO E REORGANIZAÇÃO INTERNA

POLÍTICA DE D. JOÃO IV

Defesa do território

D. João IV foi aclamado solenemente, nas Cortes de 1641, e mostrou-se um soberano hábil e activo.

Perante a ruína geral e a fraqueza do Reino, a sua primeira preocupação foi organizar a defesa do País: Cria o Conselho de Guerra e o lugar de tenente-general da artilharia; nomeia governadores de armas para as províncias, e capitães-mores para as comarcas, encarregados de recrutar todos os homens válidos dos 16 aos 60 anos; manda restaurar as fortalezas; funda uma fábrica de fundição; e recruta soldados no estrangeiro.

Os Espanhóis, desejosos de reconquistar Portugal, fazem as primeiras investidas contra *Olivença* e *Elvas,* mas são repelidos.

Em 1644, os Portugueses entram em Espanha, e travam contra os Espanhóis a batalha de *Montijo,* ganha por **Matias de Albuquerque.**

Tratados de aliança

Ao mesmo tempo que organiza a defesa militar, D. João IV desenvolve uma notável acção diplomática destinada a assegurar a independência restaurada.

Logo em Fevereiro de 1641, manda embaixadores à França, Holanda e Inglaterra, e no mês seguinte, outras embaixadas à Dinamarca e à Suécia.

Em 1 de Junho de 1641, é assinado o *Tratado de Confederação e Aliança* com Luís XIII de França; em 12 de Junho, assina-se o *Tratado de cessação de hostilidades,* com os Estados Gerais da Holanda, até ali grande adversária de Portugal.

Em 10 de Dezembro conclui-se o *Tratado de Paz,* com a rainha Cristina da Suécia.

Em 29 de Janeiro de 1642, assina-se o *Tratado de Paz e de Comércio,* com Carlos I de Inglaterra.

D. João IV mandou também embaixadores à *Santa Sé,* mas a primeira embaixada, devido à forte influência espanhola, teve de retirar-se sem ser recebida pelo papa, e este só muito mais tarde, em 1669, recebe com as devidas honras o embaixador de Portugal.

Além das embaixadas oficiais, manda D. João IV, às cortes estrangeiras, vários embaixadores, secretos. Entre estes distinguiu-se, na França e na Holanda, o jesuíta **Padre António Vieira.**

REGÊNCIA DA RAINHA D. LUÍSA DE GUSMÃO

Renovação da aliança inglesa

Falecido D. João IV (1656), assumiu a regência, durante a menoridade de Afonso VI, a rainha D. Luísa de Gusmão.

A fim de procurar o decidido apoio da Inglaterra, foi, durante a regência de D. Luísa, ajustado o casamento de sua filha, a infanta **D. Catarina,** com Carlos II rei de Inglaterra.

Este casamento, essencialmente político, era a consolidação da velha aliança inglesa, e foi firmado pelo tratado de Paz e Aliança de 1661, segundo o qual D. Afonso VI entregaria à Inglaterra *Tânger* e *Bombaim,* e 2 milhões de cruzados como dote à infanta.

Em compensação, a Inglaterra comprometia-se a defender-nos por terra, com um exército de 3000 homens, e por mar, com uma esquadra de 10 navios.

Finalmente, por artigo secreto, a Inglaterra obrigava-se a defender todas as colónias portuguesas contra os nossos inimigos presentes ou futuros.

ACÇÃO DO CONDE DE CASTELO MELHOR

As vitórias militares

Depois de Montijo, as lutas com Espanha limitam-se a escaramuças nas fronteiras, mas no reinado de D. Afonso VI a guerra entra em novo período de actividade.

Os Espanhóis vêm sitiar Elvas, e, ao fim de 3 meses de resistência, a praça é socorrida pelo **conde de Cantanhede** que derrota o exército sitiante na batalha de *Linhas de Elvas* (1659).

Nesta altura a Espanha faz as pazes com a França e lança-se com mais força sobre Portugal.

Em 1660, vem de França, como mestre de campo do exército português, o alemão *conde Schomberg* que reorganiza as nossas tropas; e em 1662 entrega

D. Afonso VI o governo do reino ao **conde de Castelo Melhor**, homem com grandes qualidades de estadista e de militar.

Graças à superior orientação de Castelo Melhor, as tropas portuguesas alcançam sucessivas vitórias:

O **conde de Vila Flor** (D. Sancho Manuel) derrota os exércitos de D. João de Áustria, filho natural de Filipe IV, na batalha de *Ameixial* (1663) que liberta a cidade de Évora; **Pedro Jacques de Magalhães** ganha, na Beira, a batalha de *Castelo Rodrigo* (1664); e finalmente o **marquês de Marialva** desbarata os castelhanos, junto a Estremoz, na grande batalha de *Montes Claros* (1665).

Desiludidos, os Espanhóis propõem a paz que é firmada pelo *Tratado de 1668*.

Depois de 27 anos de guerras, ficava consolidada e reconhecida a nossa independência.

Destronização de D. Afonso VI

O prestígio de Castelo Melhor criou-lhe fortes inimizades na corte. O infante D. Pedro e a rainha D. Maria Francisca Isabel de Sabóia acusam-no perante o rei, e conseguem que este mande retirar o ministro da corte (1667).

Pouco tempo depois, a rainha deixa o paço, recolhe-se a um convento, e pede a anulação do seu casamento.

Imediatamente D. Afonso VI é levado a desistir do reino, a favor do irmão.

O casamento é anulado, a rainha casa com D. Pedro (1668), e D. Afonso VI é preso e levado para a ilha Terceira, e depois trazido para Sintra, onde morreu.

A *regência de D. Pedro* durou desde a queda de Castelo Melhor e abdicação de D. Afonso VI (1667) até à morte deste (1683), e foi na sua regência que se firmou a *paz* com a Espanha.

ÉPOCA DE D. PEDRO II

A política mercantilista do conde de Ericeira

D. Pedro II, ainda regente, escolheu para vedor da Fazenda, **D. Luís de Meneses, conde de Ericeira.**

Denominado o «Colbert português», Ericeira seguiu, em Portugal, a política daquele célebre ministro de Luís XIV.

Essa política — chamada *mercantilismo* — tinha como objectivo desenvolver as indústrias do País e proteger o comércio, evitando, por todos os meios, a saída do dinheiro para fora do Reino.

A fim de evitar a saída de ouro para o estrangeiro e ao mesmo tempo proteger as indústrias nacionais, publica as pragmáticas de 1677, reprimindo o luxo e proibindo o uso de panos fabricados fora do Reino.

Organiza a indústria de tecidos, aperfeiçoa o fabrico, manda vir tecelões de Inglaterra, e tais medidas trazem o desenvolvimento das fábricas de lanifícios da Covilhã, Portalegre, etc. Introduz a cultura do bicho-da-seda, desenvolve a indústria de curtumes, e tenta organizar as primeiras companhias coloniais.

As últimas Cortes

As Cortes, decaídas a partir de D. João II e renovadas depois da Restauração, voltam a decair sob o influxo da nova tendência centralizadora.

As últimas Cortes foram as de 1697-1698 convocadas por D. Pedro II para resolver sobre a questão da sucessão do príncipe D. João.

Segundo as Leis das Cortes de Lamego (confirmadas nas cortes de 1641), quando a um rei sem filhos sucedesse o irmão, o filho deste só poderia ser rei se fosse confirmado pelo Clero, Nobreza e Povo reunidos em cortes.

Para evitar dúvidas sobre a sucessão do príncipe herdeiro, as Cortes acordaram na revogação daquele artigo das Cortes de Lamego, e por lei régia de 1698 foi estabelecido que, de futuro, os filhos e descendentes de reis, que sucedam a irmãos sem filhos, herdem a coroa sem necessidade da aprovação pelas Cortes.

O Tratado de Methwen

Em 1703, foi assinado entre Portugal e a Inglaterra o *Tratado de Methwen* (negociado pelo ministro da Inglaterra em Portugal, João Methwen) com as seguintes condições:

1.ª — O rei de Portugal obriga-se a admitir para sempre, no Reino, «os panos de lã e mais fábricas de lanifícios de Inglaterra», como antes de serem proibidos pelas leis.

2.ª — o rei de Inglaterra obriga-se, para sempre, a admitir na Grã-Bretanha «os vinhos de produto de Portugal», pagando estes menos um terço dos direitos impostos aos vinhos franceses.

Este tratado tem sido injustamente apreciado pelos Portugueses que o acusam de trazer a decadência da nossa indústria de lanifícios pela concorrência inglesa, e de provocar a cultura exagerada da vinha com prejuízo de outras culturas mais necessárias.

A verdade, porém, é que em 1703 a nossa indústria encontrava-se ainda muito insuficiente e atrasada — «panos mal obrados e falsificados», e os nossos vinhos não encontravam colocação.

Uma das consequências do tratado foi o aperfeiçoamento progressivo da indústria nacional de tecidos, obrigados a competir com os estrangeiros, e outra consequência foi a aquisição, para os vinhos portugueses, de um novo mercado, a Inglaterra, que ainda hoje é um dos grandes consumidores do nosso vinho do Porto.

Intervenção na Guerra da Sucessão de Espanha

Por morte de Carlos II (filho de Filipe IV de Espanha) sem descendentes (1700), surge a guerra da sucessão ao trono de Espanha entre Luís XIV, representante de seu neto Filipe de Anju, e o imperador Leopoldo, defensor de seu filho, o arquiduque Carlos.

Vários estados, entre os quais a Inglaterra, receosos do grande poderio que resultaria da ligação França-Espanha, aliaram-se contra Luís XIV, e Portugal, como velho aliado de Inglaterra, acabou por entrar, ao lado desta, na liga contra a França.

Em 1704 o arquiduque desembarca em Lisboa e, logo, as tropas franco-espanholas invadem Portugal.

O exército português, comandado pelo **marquês das Minas**, derrota os invasores, marcha sobre Madrid, e ali é aclamado rei o arquiduque Carlos (1706); mas no ano seguinte (já no reinado de D. João V) o nosso exército, derrotado em *Almança*, é obrigado a retirar-se.

Em 1711, morre o imperador José I (sucessor de Leopoldo), e o arquiduque Carlos, seu irmão, é chamado ao trono de Áustria. Então os aliados não querendo

ver reunidas as coroas de Áustria e de Espanha, cessam as hostilidades.

Em 1713 é assinada a paz pelo *tratado de Utreque* que reconhece Filipe V rei de Espanha.

A Portugal foi apenas reconhecida a posse de alguns terrenos ao norte do Amazonas.

O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

A mão-de-obra negra

Perdida a Índia, as atenções nacionais dirigem-se para o Brasil, onde se intensificam as culturas da cana-sacarina, do tabaco, do algodão e das especiarias.

A exploração agrícola exigia grande número de braços para o trabalho, e como os jesuítas combatiam a escravidão dos índios e o trabalho destes era pouco compensador, os colonos recorreram à importação de *escravos negros* de Angola e da Guiné.

Os escravos eram empregados nos trabalhos pesados dos campos, das fábricas, dos portos, e viviam em «senzalas» fiscalizados por um feitor, sempre rigoroso na punição de qualquer falta.

A dura sorte dos escravos negros foi minorada por algumas leis, e muitos deles obtinham a libertação por motivos religiosos ou por resgate.

Exploração territorial

A parte sul do Brasil cedo foi ocupada pelos Portugueses, mas a exploração do norte só começou muito mais tarde, devido à rebelião dos índios ligados aos corsários franceses.

Em 1580 começa a conquista de *Paraíba,* depois é ocupado *Sergipe,* e mais tarde, *Rio Grande do Norte.*

Em 1603 penetra-se no *Ceará* e depois no *Pará,* onde é fundada a cidade de Belém.

Em 1637, **Pedro Teixeira** lança-se na audaciosa penetração do *Amazonas* que percorre até próximo das nascentes junto à costa do Pacífico.

Durante os séculos XVI e XVII fazem-se várias explorações pelo interior brasileiro, mas é sobretudo nos fins do séc. XVII que se explora o sertão, quando corre a notícia da existência das minas de ouro.

Os bandeirantes

À procura das minas de ouro, partiam para o interior grupos de aventureiros sob a chefia de um caudilho e arvorando uma bandeira. Eram os chamados *bandeirantes,* intrépidos exploradores que, partindo do litoral, seguiam os cursos dos rios, e atingiram as distantes regiões de Goiás, Mato Grosso, etc.

Os mais notáveis bandeirantes foram os paulistas, e entre estes, **Fernão Dias Pais Leme,** «capitão-mor das esmeraldas» que partiu de S. Paulo e, durante 7 anos (1674-1681), percorreu o sertão de Minas Gerais.

As minas de ouro e pedras preciosas

Manuel Borba Gato, genro de Pais Leme e seu continuador nas pesquisas, descobre as minas de ouro no Rio das Velhas, e a seguir descobrem-se as minas de Ouro Preto e muitas outras, o que fez dar à região o nome de *Minas Gerais.*

O ouro extrai-se do leito dos rios e das aluviões marginais, mediante a lavagem das areias, e depois, em escavações nas rochas. Em muitos lugares, além do ouro, extraíam-se também *diamantes* em abundância.

A notícia da descoberta das minas de ouro provocou a afluência de aventureiros de todo o mundo, e a emigração de portugueses para o Brasil assumiu tais proporções, que chegou a ser proibida por lei.

A exploração das minas teve como consequências, entre outras, o abandono da agricultura e o despovoamento do litoral brasileiro.

Como rendimento da coroa cobrava o rei de Portugal *um quinto* do ouro e diamantes.

D. João V recebeu do Brasil, nos 44 anos do seu reinado, 107 milhões de cruzados, ou seja, cerca de 3 milhões de cruzados por ano.

ÉPOCA DE D. JOÃO V

Política diplomática

D. João V rodeou-se de hábeis diplomatas como **D. Luís da Cunha**, o **cardeal da Mota** e outros, e a sua acção diplomática foi notável.

Em 1715, após as negociações de D. Luís da Cunha, assina a *Paz de Utreque* com a Espanha, conseguindo que nos fosse restituída a colónia do Sacramento no Brasil; e mais tarde consolida a paz, pelo casamento do príncipe D. José e da infanta D. Maria com a infanta e o príncipe herdeiro de Espanha.

Em 1716, manda contra os Turcos uma esquadra que participa na batalha naval do cabo *Matapão* onde o inimigo é desbaratado, e, como prémio, o papa concede a D. João V, a elevação da Sé de Lisboa à dignidade de *patriarcal*.

As relações com a *Santa Sé* entram, porém, em crise grave, mas o conflito acaba pelo triunfo completo do rei de Portugal.

Desejando prestigiar a sua Corte, D. João V pede ao papa a elevação do núncio, em Lisboa, à categoria de cardeal.

Como o papa recusa a solicitação, D. João V corta as relações com a Santa Sé (1728), e o conflito só termina quando o novo papa satisfaz o pedido de D. João V, elevando o núncio a cardeal. Mais tarde (1748), o papa Bento XIV dá ao nosso rei, e aos seus sucessores, o título de *Fidelíssimo*.

Na *Guerra da Sucessão de Áustria* mostrou D. João V, igualmente, a sua habilidade diplomática, pois manteve a neutralidade, e acabou por ser convidado para medianeiro do conflito.

D. João V, o rei «magnânimo», fez largas ofertas de diamantes e barras de ouro a diplomatas nacionais e estrangeiros, preparou luxuosas embaixadas, como a enviada ao papa (1716); mas nessa época de fausto, a generosidade e grandeza dos soberanos indentificavam-se com o prestígio e grandeza dos próprios reinos, e por isso, as liberalidades do monarca vinham reflectir-se na dignificação do País.

Prosperidade económica — Protecção às Artes e às Letras

Por virtude da Guerra da Sucessão de Espanha, o tesouro encontrava-se esgotado quando D. João V assumiu o poder, e os primeiros anos do seu reinado foram de grande penúria económica e financeira.

Com as remessas de ouro do Brasil as finanças atingem grande prosperidade.

Os 3 milhões de cruzados que o ouro do Brasil rendia por ano, permitiram a D. João V fazer grandes liberalidades e grandes obras, mas é injusta a acusação que lhe atribui dissipações fabulosas.

Grande amigo das Artes, rodeia-se de artistas que remunera largamente; com o ouro do Brasil, manda levantar o *Convento de Mafra,* a *Capela de S. João Baptista,* o *Aqueduto das Águas Livres* e muitos outros monumentos; e, sob a sua protecção, todas as Artes progridem notàvelmente.

Para fomentar a cultura artística, funda em Roma a *Academia de Portugal,* destinada ao aperfeiçoamento de artistas portugueses; cria em Mafra a *Aula do Risco* dirigida pelo arquitecto **Ludovici,** com o fim de preparar desenhadores e arquitectos; e dessa escola de Mafra sai uma plêiade de insignes artistas, entre os quais o grande escultor **Machado de Castro.**

As artes decorativas sofrem também considerável incremento, especialmente o mobiliário, a *tapeçaria* (Arraiolos) e a ourivesaria.

Seguindo também a política mercantilista, D. João V desenvolve igualmente as indústrias: funda uma fábrica de papel na Lousã, fixa a fábrica de vidros na Marinha Grande, favorece os lanifícios da Covilhã, estabelece em Lisboa uma grande fábrica de sedas e criam-se serrarias, fábricas de curtumes, etc.

No campo das Letras foi do mesmo modo notável a acção de D. João V.

Funda a *Academia Real de História;* subsidia a publicação de obras notáveis como a *História Genealógica da Casa Real,* de António de Caetano de Sousa, e

outras; funda a *Biblioteca da Universidade de Coimbra,* as bibliotecas do Convento de Mafra e das Necessidades, etc.

Este florescimento das Artes e das Letras no século XVIII, constituiu uma espécie de segundo renascimento português e foi o rei D. João V, indubitàvelmente, o seu primeiro e grande animador.

Os «estrangeirados»

Dá-se o nome de «estrangeirados» aos portugueses que, vivendo em países estrangeiros, ali estabelecem contacto com as novas correntes do pensamento moderno e ali apreendem a cultura do «século das luzes» (ciências) e, depois, a transmitem a Portugal.

Dos portugueses estrangeirados, uns frequentaram cortes estrangeiras em missões diplomáticas — como o **conde da Ericeira** e **D. Luís da Cunha** — outros saíram do País para se furtarem a possíveis perseguições da Inquisição.

Entre estes contam-se os médicos judeus **Castro Sarmento** e **Ribeiro Sanches,** este famoso em toda a Europa, médico de Catarina da Rússia e colaborador da «Enciclopédia» francesa.

De todos os emigrados, porém, o de maior influência foi **Luís António Verney,** autor do «*Verdadeiro Método de Estudar*» (1746). Nesta obra combate o «ensino retórico», então dominante em Portugal, e propõe métodos novos baseados nas *realidades concretas* e nas *verdades da experiência.*

A obra de Verney foi decisiva no triunfo da cultura moderna em Portugal, pois as suas ideias foram integralmente aproveitadas por Pombal para as suas reformas do ensino.

D. Luís da Cunha e o seu testamento político

D. Luís da Cunha foi o mais notável ministro e diplomata de D. João V e figura de grande relevo e prestígio internacional.

Faleceu um ano antes do seu soberano, e quando o novo rei D. José I subiu ao trono (1750) apareceu um documento (até então desconhecido) em forma de carta dirigida por D. Luís da Cunha a D. José I, «antes do seu governo». É a essa longa carta que se deu nome de *Testamento Político.*

Nela, o seu autor alude frequentemente ao que «vi praticar em Inglaterra, em Holanda e França», fala do mau estado do Reino, ataca a Inquisição, recomenda várias reformas, e, ao mesmo tempo, toma a liberdade de indicar ao futuro soberano o nome de alguns ministros, um dos quais é **Sebastião José de Carvalho e Melo.**

Há quem considere tal «Testamento Político» falso e forjado com o objectivo de incutir no espírito do novo rei a escola do mencionado ministro — que havia servido como diplomata em Londres e Viena e veio a ser, pelo favor de D. José I, o senhor absoluto da Monarquia.

D. JOSÉ E O ABSOLUTISMO POMBALINO

As ideias absolutistas

Por morte de D. João V (1750) sucede-lhe seu filho D. José I que escolhe para Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, **Sebastião José de Carvalho e Melo.**

Este é mais tarde nomeado Secretário dos Negócios do Reino (1756), e o rei dá-lhe o título de *conde de Oeiras* e depois *marquês de Pombal.*

As *ideias políticas* de Pombal eram as do absolutismo do séc. XVIII, imposto na Europa por Luís XIV, e baseado na *teoria do direito divino dos reis.*

Segundo esta teoria, todo o poder vem directamente de Deus para os reis, e estes só a Deus têm de dar contas do seu governo.

Partidário do chamado «Despotismo Iluminado» — doutrina que defendia o absolutismo real e reclamava reformas na economia e na instrução a favor das classes populares — Pombal começa por abater todas as instituições que limitem o poder real, e lança-se, depois, no caminho das reformas económicas e culturais.

Transforma a Inquisição em tribunal régio, cria a *Real Mesa Censória* para a censura oficial; expulsa os jesuítas, reduz os privilégios do clero, abate a nobreza, e nivela todas as classes sob o despotismo tirânico da Realeza.

O terramoto de 1755

No dia 1.º de Novembro de 1755, de manhã, um violento tremor de terra fez ruir inúmeros edifícios de Lisboa e os incêndios que provocou (por àquela hora estarem os fogões acesos nas cozinhas) destruíram a maior parte da cidade.

Desapareceram templos e palácios, com grandes preciosidades; morreram milhares de pessoas sepultadas nos escombros e ficaram milhares de pessoas feridas; os criminosos saíram das prisões e, aproveitando o pânico geral, entraram de saquear e roubar por toda a parte.

Ante tal catástrofe, Pombal tomou enérgicas providências: improvisou hospitais para os feridos; fixou os preços dos géneros e serviços; requisitou, da província e até de navios surtos no Tejo, géneros alimentícios; organizou a segurança pública e a imediata e rigorosa punição dos autores de assaltos e roubos.

Finalmente, decidiu-se a reconstrução da cidade sob a direcção do arquitecto **Eugénio dos Santos** e do engenheiro **Manuel da Maia** e daqui nasceu a «Lisboa Nova» — com os arruamentos geométricos da Baixa «pombalina» e a célebre praça do *Terreiro do Paço,* uma das mais famosas da Europa.

A pronta e eficiente acção de Pombal, por ocasião do terramoto, mais o impôs à consideração do rei e mais consolidou o seu grande poder.

Nivelamento das classes

Desejoso de destruir todas as forças nacionais que pudessem opôr-se à acção omnipotente do rei, Pombal começou por *aniquilar a nobreza.*

Aproveitando como pretexto o atentado contra D. José (3 de Setembro de 1758), manda prender como responsáveis muitos fidalgos e pessoas de suas famílias, em número de mais de mil; cria um tribunal especial que organiza, à pressa, o processo, tortura réus e testemunhas, e inventa até novas penas para os acusados.

A sentença brutal levou à morte (1759), no meio de atrozes suplícios e crueldades, o **marquês** e a **marquesa de Távora,** o **duque de Aveiro,** o **conde de Atouguia** e muitos outros fidalgos da mais antiga nobreza do Reino.

Pombal teve ainda, e sempre, uma grande preocupação — *perseguir os jesuítas.*

A obra *Deducção Chronológica* que mandou redigir, é, de princípio ao fim, um ataque cerrado contra a Companhia de Jesus.

Acusa os jesuítas de tomarem parte no atentado contra o rei, faz buscas nas casas da Companhia, sequestra-lhes os bens, fecha-lhes os colégios, e em 1759, expulsa-os do Reino e seus domínios, declarando-os «desnaturalizados, proscritos e exterminados».

O seu último gesto foi mandar queimar, pela Inquisição, o velho e inofensivo missionário Padre Malágrida.

Querendo impor-se à Igreja, Pombal interrompe as relações com a Santa Sé, durante 9 anos, mandando sair de Lisboa o Núncio Apostólico (1760), e em 1768 manda prender o bispo de Coimbra que fica encerrado na prisão até à queda do ministro.

O próprio povo é oprimido duramente quando levanta os seus protestos contra qualquer acto da administração, como o prova a sangrenta repressão dos tumultos no Porto contra a Companhia das Vinhas do Alto Douro, com a condenação à morte de dezenas de populares.

Abolição da escravatura no Reino e da distinção entre cristãos-novos e velhos

Desde os fins do século XVI os nossos reis vinham tomando medidas de protecção e defesa dos escravos contra os abusos da escravatura.

Por insistência dos Jesuítas, já D. Sebastião decretara (em 1570) a liberdade dos Índios, salvo o caso de «apreensão em justa guerra», e tal disposição foi confirmada por outras leis posteriores.

O marquês de Pombal, ao criar a 1.ª Companhia do Brasil (1755) concede-lhe o exclusivo do tráfico de negros, mas, ao mesmo tempo, declara *inteiramente livres* os Índios do Brasil.

Anos depois (1761) Pombal aboliu o tráfico da escravatura na metrópole, declarando «*livres e forros*» os escravos que entrassem no *Reino*. Esta medida não teve, porém, intenção filantrópica, pois o seu objectivo foi evitar que os escravos destinados ao Brasil fossem desviados para Portugal.

Dentro da preocupação geral do absolutismo, que era tornar iguais todos os súbditos perante a autoridade soberana, Pombal decidiu acabar com a situação de inferioridade em que se encontravam os cristãos-novos, os quais não podiam exercer cargos públicos.

Por lei de 1773 extinguiu, para todos os efeitos, a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, passando todos a usufruir os mesmos direitos.

Participação na Guerra dos Sete Anos

Durante o governo de Pombal rebentou a Guerra dos Sete Anos entre a França e a Inglaterra. Luís XV de França propôs o *Pacto de Família* dos soberanos Bourbons ao qual adere a Espanha, mas Portugal, desejando manter a neutralidade, recusa-se a entrar naquele pacto.

Em face de tal recusa, as tropas francesas e espanholas invadem Portugal, e nós mais uma vez combatemos ao lado da velha aliada Inglaterra.

Para reorganizar o nosso exército foi então chamado o alemão **conde de Lipe** que organizou um forte exército e fez construir várias fortificações na fronteira com a Espanha.

A paz foi estabelecida pelo Tratado de Paris (1762) sem quaisquer vantagens para Portugal.

Medidas económicas — fábricas e monopólios

As ideias económicas de Pombal eram inspiradas nas doutrinas de Colbert defensor do proteccionismo, das indústrias e dos *monopólios* concedidos a companhias majestáticas.

Seguindo a orientação iniciada pelo conde da Ericeira, Pombal proíbe, nos primeiros anos do seu governo, a saída de ouro e prata para o estrangeiro, e a importação de artigos de luxo.

Para aumentar a produção cerealífera, proíbe a cultura da vinha nas lezírias do Tejo e outras terras baixas e manda arrancar as cepas naquelas regiões.

Para proteger a vinicultura duriense, em crise, funda, em 1756, a *Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro,* com monopólio do comércio de vinhos, na região do Porto, e da exportação para o Brasil.

Para desenvolver o comércio, criou Pombal várias companhias com grandes privilégios.

Companhia do Grão-Pará e Maranhão e *Companhia de Pernambuco e Paraíba* com o exclusivo das navegações e do comércio naquelas regiões brasileiras; a

Companhia Geral das Pescarias do Algarve para a pesca da sardinha e do atum, etc.

Para fomentar a indústria, desenvolve a «Fábrica das Sedas» do Rato, fundada por D. João V, entrega as fábricas de lanifícios à administração da *Junta do Comércio,* confia a direcção da fábrica de vidros da Marinha Grande ao inglês Stephens que lhe introduz grandes progressos, cria novas indústrias, e contrata artífices no estrangeiro.

As medidas económicas de Pombal estimularam, momentâneamente, a actividade nacional, animando o comércio e a indústria, mas muitas dessas medidas foram tão violentas, que ocasionaram perturbações graves, arruinando muitos particulares.

Por isso a impressão de prosperidade é mais aparente que real, e quando Pombal é afastado do governo (1777), a situação económica e financeira do País é precária, e as dívidas do Estado atingem grande volume.

Ao fim de 27 anos de um governo de Ditadura, era geral o descontentamento contra a obra de Pombal, e este, morto o rei que o sustinha, caiu abandonado de todos.

Medidas culturais — Reforma da Universidade

No campo da instrução foi vasta a obra de Pombal.

Expulsos os jesuítas, detentores de muitos colégios, as primeiras medidas para atenuar a falta das suas escolas, consistiram na reforma dos estudos menores: instituíram-se mestres das 1.as letras, lançando-se, assim, as bases do ensino primário; e nos principais centros criaram-se *escolas régias* (com aulas de Latim, Retórica e Filosofia) para o ensino médio.

A fim de custear as despesas com as reformas da instrução, Pombal cria o imposto denominado *Subsídio Literário.*

Para a preparação de guarda-livros e empregados comerciais, funda a *Aula de Comércio;* e para a educação dos filhos da nobreza cria o *Real Colégio dos Nobres* (1761) — onde se estudam línguas, matemática, ciências, arquitectura civil e militar, equitação, esgrima e dança.

A obra mais notável de Pombal foi, porém, a *Reforma da Universidade.*

Os estudos universitários encontravam-se, então, em grande decadência, e para estudar as causas de tal decadência e propor as reformas necessárias, Pombal cria (1770) a *Junta de Providência Literária.* Esta publica o resultado dos seus trabalhos («Compêndio Histórico») em que atribui todos os males do ensino aos Jesuítas, e pouco depois são promulgados os novos *Estatutos da Universidade de Coimbra, de 1772.*

Por estes Estatutos, a Universidade reformada é enriquecida com a criação de duas novas Faculdades — *Matemática* e *Filosofia;* aumenta-se o número de cadeiras, nas Faculdades já existentes, preceituam-se novos métodos para todo o ensino — que devia basear-se na *observação* e na *experiência* — e com tal objectivo fundam-se vários estabelecimentos novos: *Museu de História Natural, Observatório Astronómico, Jardim Botânico, Teatro Anatómico,* etc.

A reforma pombalina da Universidade foi inspirada pelos escritos de Verney e Ribeiro Sanches, nela colaboraram homens muito cultos, como *Frei Manuel do Cenáculo,* bispo de Beja, e representou para o seu tempo um grande progresso no nosso ensino.

ÉPOCA DE D. MARIA I

Reacção contra a política pombalina

Quando D. Maria I, filha de D. José, subiu ao trono, em 1777, encontrou o Reino em precárias circunstâncias por virtude das devastações do terramoto de 1755, e das perturbações e ódios suscitados pelo despotismo pombalino.

Pombal pede logo a demissão e a rainha nomeia novo Governo.

A fim de reparar os rigores do governo pombalino, em satisfação dos protestos do povo, D. Maria dá liberdade a muitas centenas de encarcerados nas prisões.

Manda soltar o marquês de Alorna e outros nobres, e torna pública a sua reabilitação.

Em 1780, manda fazer a revisão do processo dos Távoras e o tribunal, para isso nomeado, considera apenas responsável o duque de Aveiro e os seus familiares, declara os Távoras inocentes e restitui as antigas honras às suas famílias.

Em 1781, é movido um processo ao marquês de Pombal, e este é condenado a residir à distância de 20 léguas da corte.

D. Maria estreita as relações com a Igreja, fazendo uma Concordata com a Santa Sé, e revoga muitas leis de Pombal, contrárias ao clero.

Medidas económicas

Muitas e importantes, foram as providências de D. Maria no sentido de fomentar a riqueza do País:

Extingue a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, e depois, a Companhia de Pernambuco e Paraíba, e

tira vários privilégios à Companhia das Vinhas do Alto Douro, com grande regozijo do comércio particular; celebra um *Tratado de Comércio* com a Rússia, o que vem desenvolver muito a exportação de produtos coloniais.

Cria a *Junta Nacional das Fábricas do Reino,* tendente a aperfeiçoar as manufacturas, e protege a criação de novas fábricas.

Promove ainda a abertura de estradas e canais, e a exploração de minas.

A marinha quase abandonada por Pombal, foi eficazmente protegida, reorganiza-se o *Arsenal da Marinha* e activam-se as construções navais.

A obra cultural

D. Maria dedicou especial atenção a todas as manifestações culturais.

Por iniciativa do **Abade Correia da Serra** e do **duque de Lafões,** funda a *Academia das Ci as* — que se propunha desenvolver todos os ramos do saber, desde as Ciências e a Literatura à Economia — proclama-se sua *Protectora* e concede-lhe vários privilégios.

No campo da instrução, D. Maria não contrariou as reformas pombalinas, antes as continuou: completou os quadros de professores dos estudos menores, criando muitas escolas de ensino primário e de ensino médio, e desenvolveu a reforma universitária, tomando úteis medidas — uma das quais foi abrir ao público a Biblioteca da Universidade.

Desenvolveu o ensino especial, criando a *Academia Real da Marinha* e a *Academia Real de Fortificação e Desenho* (antecessora da Escola do Exército), e lançou

os fundamentos do ensino artístico, instituindo uma *Aula Pública de Desenho* em Lisboa e outra no Porto.

D. Maria promove, ainda, o envio de missões de estudo ao estrangeiro e *expedições científicas* ao ultramar.

Finalmente, por iniciativa de **Pina Manique,** funda a *Casa Pia de Lisboa* que começa por albergue de mendigos e crianças abandonadas e em breve se torna um grande centro de educação com variados ramos de ensino.

Este intenso movimento continuou sob a regência do Príncipe D. João, fundando-se, então (1796) a *Real Biblioteca Pública de Lisboa,* hoje Biblioteca Nacional, a *Real Academia de Guarda-Marinhas,* antecessora da actual Escola Naval, o chamado «Colégio da Luz», hoje Colégio Militar, etc.

As ideias liberais em Portugal

As doutrinas da *Enciclopédia* e dos filósofos, *Montesquieu, Voltaire* e *Rousseau* defensores da monarquia constitucional e da soberania popular, trazem o triunfo da Revolução Francesa (1789).

A *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão,* aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte de França, declara expressamente que «todos os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos» e que «toda a soberania reside no povo».

Estas ideias liberais e revolucionárias depressa se expandem por todo o mundo, por intermédio das obras literárias, da Maçonaria, e dos próprios agentes da França revolucionária que, disfarçados de mil maneiras, espalham folhetos de propaganda.

Já no tempo do marquês de Pombal, a *Mesa Censória* proíbe de circularem em Portugal várias obras de escritores franceses e, em 1780, D. Maria I nomeia intendente-geral da polícia *Diogo de Pina Manique* que empreende activa luta contra a entrada das novas ideias.

Apesar da oposição da censura e da violenta repressão da polícia, as publicações revolucionárias entram aos milhares, em Portugal, e as novas ideias vão conquistando muitos adeptos.

Os «afrancesados»

Apesar da perseguição da polícia contra os «jacobinos» e «pedreiros-livres» (mações), e não obstante a vigilância da Inquisição e da Censura, as ideias liberais infiltram-se por toda a parte.

Com a vinda de tropas estrangeiras, sobretudo francesas, as lojas maçónicas multiplicam-se, a propaganda alastra, e vai aumentando o número de admiradores das ideias liberais da Revolução Francesa — ou «afrancesados».

Entre os «afrancesados» contam-se nomes eminentes nas letras e nas ciências, como o poeta **Filinto Elísio,** o matemático **Anastácio da Cunha,** o naturalista **Avelar Brotero** e muitos outros.

Colaboração na luta contra a França revolucionária — Campanha do Rossilhão

Em 1791, D. Maria I enlouquece, e passa a governar, em nome da rainha, o príncipe D. João que só em 1799 começa a intitular-se Príncipe Regente.

A marcha da Revolução Francesa, e sobretudo a

execução de Luís XVI e o Terror estabelecido pela Convenção, indispuseram a Europa contra a França. A Inglaterra alia-se com a Espanha, Áustria, Holanda e Prússia, e declara guerra à França, em 1793.

Nesse mesmo ano, Portugal faz tratados com a Espanha e com a Inglaterra para o mútuo auxílio na guerra contra os franceses.

O exército espanhol invadira o *Rossilhão,* e Portugal organiza um corpo de tropas destinado a cooperar com as forças espanholas.

A divisão portuguesa desembarca na Catalunha (1793), marcha para a fronteira francesa e ganha, com os espanhóis, algumas vitórias aos franceses.

No ano seguinte, chegado o Inverno, os franceses começam uma campanha vitoriosa; as tropas espanholas indisciplinadas retiram para a Catalunha; e o exército português vê-se também obrigado a retirar.

Em 1795, a Espanha faz a paz com a França, sem consultar Portugal.

Depois de combater ao lado de Portugal contra a França, a Espanha dirigida por *Godoy,* ministro de Carlos IV, alia-se à França pelo Tratado de Paz de 1796.

A França adversária da Inglaterra, nossa aliada, serve-se de Godoy, agente servil do governo francês, e obriga a Espanha a fazer-nos guerra.

Em 1801, por tratado entre a França e a Espanha, esta manda-nos um *ultimatum* impondo-nos a paz com a França, ou a declaração de guerra.

As condições impostas para a paz eram infamantes: abandonar a aliança inglesa; fechar todos os portos à Inglaterra e franqueá-los à Espanha e à França; entregar à Espanha, a título de garantia, uma ou mais províncias portuguesas, etc.

Como Portugal não aceitou tais condições, as tropas espanholas invadem o Alentejo e tomam-nos Olivença, Campo Maior, Portalegre e outras praças.

Depois de 2 semanas de guerra, em Junho de 1801, é assinada a *Paz de Badajoz:* Portugal compromete-se a fechar os portos à Inglaterra, e a Espanha restitui-nos todas as terras conquistadas, à excepção de *Olivença* que assim ficou perdida.

Mais tarde, o Príncipe Regente, D. João, declarou nulo o tratado assinado por coacção, e reclamou a posse desta praça: o Congresso de Viena restituiu-nos Olivença, mas a Espanha nunca mais a entregou a Portugal.

O Bloqueio Continental e o tratado de Fontainebleau

Napoleão feito imperador, renova a luta contra a Inglaterra. Esta declara o bloqueio da França por mar e, em resposta, Napoleão decr de Berlim, em 1806, o *Bloqueio Continental,* o qual proíbe todas as relações da Europa com a Inglaterra.

Exigindo a adesão de Portugal, Napoleão ordena que os portos portugueses sejam fechados à Inglaterra e que os ingleses sejam presos e os seus bens confiscados.

Em face da atitude hesitante do Príncipe Regente, Napoleão firma com a Espanha (em Outubro de 1807) o *Tratado de Fontainebleau.*

Segundo este tratado, o território português seria repartido entre a França e a Espanha, e uma convenção da mesma data regulava, ainda, o plano da invasão e ocupação de Portugal pelas tropas francesas e espanholas.

Retirada da Família Real para o Brasil

Em 17 de Novembro, as tropas invasoras, comandadas por Junot entram em Portugal, e no dia 24 chegam a Abrantes.

Só então o Príncipe Regente tem conhecimento da invasão. Reunido imediatamente o Conselho de Estado, decidiu-se a partida da Família Real e da Corte para o Brasil.

No dia 26 o Príncipe D. João nomeia governadores para a regência do Reino durante a sua ausência; no dia 27 a Família Real embarca, e no dia 29 os navios partem do Tejo.

A retirada da Família Real para o Brasil, obedecia a um antigo plano de defesa nacional, já previsto no tempo das guerras da Restauração, e representou um acto de inteligente diplomacia, pois manteve assim inteiramente livre a soberania do Reino.

As Invasões Francesas e suas consequências

1.ª invasão — **Junot** entra pela Beira Baixa, segue por Castelo Branco e Abrantes, chega a Sacavém onde é saudado pelos governadores da Regência e por uma delegação da Maçonaria, e no dia 30 de Novembro de 1807 entra em Lisboa.

Instalado na capital, Junot, entre outras medidas, cria um Comissário francês junto dos governadores da Regência, arreia a bandeira portuguesa e arvora a francesa no Castelo de S. Jorge, e mais tarde, destitui o Conselho da Regência, e proclama-se Governador de Portugal em nome do imperador Napoleão.

Para evitar qualquer resistência, licenceia o nosso exército, e organiza a *Legião Estrangeira* com tropas

portuguesas comandadas pelo marquês de Alorna e por Gomes Freire de Andrade, e destinadas a combater pela França, nas guerras napoleónicas.

Os abusos e vexames cometidos na Península provocam revoltas sangrentas. Carlos IV de Espanha é obrigado a ceder o trono a Napoleão; os Espanhóis revoltam-se, e logo todo o Portugal se levanta contra a tirania francesa.

No Porto constitui-se a «Junta do Supremo Governo do Reino» que pede auxílio à Inglaterra. Esta manda uma expedição comandada por **Wellesley**, e os exércitos luso-ingleses derrotam os inimigos nas batalhas de *Roliça* e *Vimeiro*.

No dia 30 de Agosto de 1808, é assinada a *Convenção de Sintra* nada favorável para Portugal, pois permitiu que os franceses vencidos retirassem de Portugal, com armas, bagagens e tudo o que haviam roubado.

2.ª invasão — Expulso Junot, é restaurada a Regência, e de Inglaterra vem **Beresford** para organizar o nosso exército.

Em Março de 1809, o general **Soult** conduz uma nova invasão francesa que entra por Chaves e chega até ao Porto.

Mas as tropas anglo-portuguesas, depressa obrigam os invasores a retirar para a Galiza.

3.ª invasão — Wellesley, por sua vez, entrando em Espanha, vence os Franceses na batalha de *Talavera* (pelo que recebe o título de *Lord Wellington*), e organiza depois a defesa de Torres Vedras com um sistema de fortificações.

Entretanto, Napoleão ordena, em 1810, uma terceira invasão comandada pelo grande general **Massena.**

Massena entra por Almeida e ocupa Viseu, mas é derrotado na batalha do *Buçaco,* e a seguir esbarra nas *linhas de Torres Vedras,* vendo-se obrigado a retirar perseguido por Wellesley.

As linhas de Torres Vedras marcam o começo do *declínio militar de Napoleão.*

Expulsos de Portugal os Franceses, a perseguição continua pela Espanha fora, com o auxílio das tropas espanholas, e em 1814, os aliados entram vitoriosos em *Tolosa* quando o imperador Napoleão acaba de ser deposto.

As invasões francesas tiveram as mais desastrosas consequências para Portugal: os exércitos invasores assaltavam, incendiavam e saqueavam impiedosamente as regiões por onde passavam, chegando a profanar os próprios túmulos; os campos ficaram arrasados e o comércio e a indústria paralisados; muitas preciosidades artísticas, como quadros e pratas, foram rapinadas pelos generais; e, finalmente, ainda, às tropas napoleónicas se deve a infiltração, no País, das doutrinas revolucionárias cujos efeitos, em breve, vamos sofrer.

ASPECTOS CULTURAIS NO 5.º PERÍODO

No século XVII *mantém-se a decadência cultural:*

Na Literatura *seiscentista — domina o* culteranismo *gongórico e o* academismo; *elevam-se alguns grandes prosadores* — **P.e Manuel Bernardes** e **P.e António Vieira.**

Na Arte — *continua o* estilo barroco, *sem grande monumentalidade.*

No Ensino — *domina a* escolástica aristotélica, *na Universidade de Coimbra, na Universidade de Évora e nos colégios de Jesuítas.*

No século XVIII *opera-se uma grande renovação em todas as manifestações culturais:*

Nas Letras *e* Ciências — *dá-se a reacção contra o «Seiscentismo»:*

— *Funda-se a* Academia Real de História (1720);

— *surgem os* iluministas *combatendo o verbalismo e a escolástica* — **Luís Verney** *e outros;*

— *no fim do século aparecem os* pré-românticos — **Filinto Elísio, Bocage,** *etc.;*

— *fundam-se a* Academia Real das Ciências *(1779) e a* Real Biblioteca Pública de Lisboa, *hoje Biblioteca Nacional.*

No Ensino — *estabelecem-se as escolas dos* Oratorianos, *com ensino experimental;*

— *faz-se a reforma* pombalina da Universidade de Coimbra *(1772) com novos Estatutos e métodos modernos de ensino.*

Nas Artes — *Levanta-se o Convento de Mafra (D. João V); o* estilo barroco *torna-se pujante, em igrejas* (Clérigos, *no Porto, etc.) e santuários* (Bom Jesus, *de Braga, etc.); reconstrói-se a* Lisboa Nova, *com a praça monumental do* Terreiro do Paço *(D. José).*

Na Escultura *assinala-se um grande vulto* — **Machado de Castro** — *autor da estátua equestre de D. José.*

Sob o mecenato de D. João V, florescem todas as artes decorativas: mobiliário, ourivesaria, tapeçaria, *etc.*

No campo da Assistência — *dá-se o alargamento da acção das* Misericórdias *que passam a ocupar-se da* assistência hospitalar; *desaparecem as gafarias; edificam-se grandes* hospitais; *funda-se a* Casa Pia *de Lisboa (1780).*

1.ª DINASTIA — Afonsina

1 — D. Afonso Henriques

Nasceu em	?
Subiu ao trono em	1128
Casou com D. Mafalda, de Sabóia, em	?
Faleceu em	1185

2 — D. Sancho I (filho de D. Afonso I)

Nasceu em	1154
Casou com D. Dulce, de Barcelona, em	1174
Subiu ao trono em	1185
Faleceu em	1211

3 — D. Afonso II (filho de D. Sancho I)

Nasceu em	1186
Casou com D. Urraca, de Castela, em	?
Faleceu em	1223

4 — D. Sancho II (filho de D. Afonso II)

Nasceu em	?
Subiu ao trono em	1223
Casou com D. Mécia Lopes de Haro, de Leão, em	?
Foi destituído em	1245
Faleceu em	1248

5 — D. Afonso III (irmão de D. Sancho II)

Nasceu em	?
Casou com D. Matilde, de Bolonha, em	?
Assumiu a regência do Reino em	1245
Subiu ao trono em	1248
Casou com D. Beatriz, de Guilhen, em	1253
Faleceu em	1279

6 — **D. Dinis** (filho de D. Afonso III)

Nasceu em	1261
Subiu ao trono em	1279
Casou com D. Isabel de Aragão (Rainha Santa) em	1282
Faleceu em	1325

7 — **D. Afonso IV** (filho de D. Dinis)

Nasceu em	1291
Casou com D. Beatriz, de Castela, em	1309
Subiu ao trono em	1325
Faleceu em	1357

8 — **D. Pedro I** (filho de D. Afonso IV)

Nasceu em	1320
Casou com D. Branca, de Castela, em	1328
Casou com D. Constança, de Castela em ...	1336
Subiu ao trono em	1357
Faleceu em	1367

9 — **D. Fernando** (filho de D. Pedro)

Nasceu em	1345
Subiu ao trono em	1367
Casou com D. Leonor Teles em	1372
Faleceu em	1383

2.ª DINASTIA — De Avis

10 — **D. João I**

Nasceu em	1358
Defensor e Regedor do Reino em	1383
Aclamado rei em	1385
Casou com D. Filipa de Lencastre em	1387
Faleceu em	1433

11 — **D. Duarte** (filho de D. João I)

Nasceu em	1391
Casou com D. Leonor, de Aragão, em... ...	1428
Subiu ao trono em	1433
Morreu, de peste, em	1438

12 — **D. Afonso V** (filho de D. Duarte)

Nasceu em	1432
Herdou o trono em	1438

Casou com D. Isabel, de Portugal, em	1447
Assumiu o governo do Reino em	1448
Faleceu em	1481

13 — **D. João II** (filho de D. Afonso V)

Nasceu em	1455
Casou com D. Leonor, de Portugal, em ...	1471
Subiu ao trono em	1481
Faleceu em	1495

14 — **D. Manuel I** (neto de D. Duarte e primo de D. João II)

Nasceu em	1469
Subiu ao trono em	1495
Casou com D. Isabel, de Castela, em	1497
» » D. Maria, de Castela, em	1500
» » D. Leonor, de Espanha, em ...	1518
Faleceu em	1521

15 — **D. João III** (filho de D. Manuel)

Nasceu em	1502
Subiu ao trono em	1521
Casou com D. Catarina, de Espanha, em ...	1525
Faleceu em	1557

16 — **D. Sebastião** (neto de D. João III)

Nasceu em	1554
Herdou o trono em	1557
Assumiu o governo do Reino em	1568
Morreu em Alcácer Quibir, em	1578

17 — **D. Henrique** (filho de D. Manuel e tio-avô de D. Sebastião)

Nasceu em	1512
Subiu ao trono em	1578
Faleceu em	1580

3.ª DINASTIA — Filipina

1.º — **Filipe II**

Conquista Portugal em	1
Faleceu em	1598

2.º — **Filipe III**

Subiu ao trono em	1598
Faleceu em	1621

3.º — **Filipe IV**

Subiu ao trono em 1621
Portugal liberta-se do seu domínio em ... 1640

4.ª DINASTIA — De Bragança

18 — **D. João IV**

Nasceu em 1604
Casou com D. Luísa de Gusmão em 1633
Subiu ao trono em 1640
Faleceu em 1656

19 — **D. Afonso VI** (filho de D. João IV)

Nasceu em 1643
Herdou o trono em 1656
Assumiu o governo do Reino em 1662
Casou com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia em 1666
Abdica o trono em 1667
Faleceu em 1683

20 — **D. Pedro II** (irmão de D. Afonso VI)

Nasceu em 1648
Regente do Reino em 1667
Casou com D. Maria Francisca Isabel de Sabóia em 1668
Sobe ao trono em 1683
Casa com D. Maria Sofia Isabel de Neuburgo em 1687
Faleceu em 1706

21 — **D. João V** (filho de D. Pedro II)

Nasceu em 1689
Subiu ao trono em 1706
Casou com D. Maria Ana de Áustria em ... 1708
Faleceu em 1750

22 — **D. José I** (filho de D. João V)

Nasceu em 1714
Casou com D. Maria Ana Vitória de Bourbon em 1729
Subiu ao trono em 1750
Faleceu em 1777

23 — **D. Maria I** (filha de D. José)

Nasceu em 1734
Casou com seu tio D. Pedro (D. Pedro III) em 1760
Subiu ao trono em 1777
Deixa de governar em 1792
Faleceu em 1816

24 — **D. João VI** (filho de D. Maria I)

Nasceu em 1767
Casou com D. Carlota Joaquina, de Espanha, em 1784
Toma a regência do Reino em 1792
Retira para o Brasil em 1807
Regressa ao Reino em 1821
Faleceu em 1826

25 — **D. Pedro IV** «Imperador do Brasil» (filho de D. João VI)

Proclamado rei de Portugal em 1826
Abdica o trono em sua filha D. Maria da Glória em 1826
Faleceu em 1834

26 — **D. Miguel I** (filho de D. João VI)

Nasceu em 1802
Subiu ao trono em 1828
Foi vencido e deixou o governo do Reino em 1834
Casou com D. Adelaide Sofia de Rosenberg em 1851
Morreu, no exílio, em 1866

27 — **D. Maria II** (filha de D. Pedro IV)

Nasceu em 1819
Subiu ao trono em 1834
Casou com D. Augusto de Leuchtemberg em 1834
Casou com D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha em 1836
Faleceu em 1853

28 — **D. Pedro V** (filho de D. Maria II)

Nasceu em 1837
Subiu ao trono em 1853
Casou com D. Estefânia de Hohenzollern em 1858
Faleceu em 1861

29 — **D. Luís I** (irmão de D. Pedro V)

Nasceu em	1838
Subiu ao trono em	1861
Casou com D. Maria Pia de Sabóia, em ...	1862
Faleceu em	1889

30 — **D. Carlos I** (filho de D. Luís I)

Nasceu em	1863
Casou com D. Maria Amélia de Orléans, em	1886
Subiu ao trono em	1889
Morreu, assassinado, em	1908

31 — **D. Manuel II** (filho de D. Carlos I)

Nasceu em	1889
Subiu ao trono em	1908
Foi destronado pela República em	1910
Casou com D. Augusta Vitória de Sigmaringen, em	1913
Morreu, no exílio, em	1932

Presidentes da República

1 — **Dr. Manuel de Arriaga** — eleito em 1911, resignou em 1915.
2 — **Dr. Teófilo Braga** — eleito em Maio de 1915, deixou o lugar em Outubro do mesmo ano.
3 — **Dr. Bernardino Machado** — eleito em 1915, deposto em 1917.
4 — **Sidónio Pais** — eleito em Janeiro de 1918, assassinado em Dezembro do mesmo ano.
5 — **Almirante Canto e Castro** — eleito em Dezembro de 1918, deixou o cargo em Outubro de 1919.
6 — **Dr. António José de Almeida** — eleito em 1919, terminou o mandato em 1923.
7 — **Manuel Teixeira Gomes** — eleito em 1923, resignou o cargo em 1925.
8 — **Dr. Bernardino Machado** — eleito em 1925, foi deposto em 1926.
9 — **General Óscar Carmona** — eleito em 1928, falecido em 1951.
10 — **General Craveiro Lopes** — eleito em 1951, terminou o mandato em 1958.
11 — **Almirante Américo Tomás** — eleito em 1958.

ÍNDICE

As origens da Nacionalidade *págs.*

A Lusitânia berço da Nacionalidade 5
Domínio Romano e romanização 10
As invasões dos Bárbaros 12
Domínio Muçulmano 14
Reconquista Cristã — os novos Estados 15

1.° Período — Formação do Estado

Fundação do Reino 17
Alargamento territorial 19
Povoamento e amanho do território 22
Organização político-social 23
Lutas dos Reis com o Clero e a Nobreza 28
Aspectos culturais no 1.° Período 30

2.° Período — Organização Interna

A política de fomento de D. Dinis 31
D. Afonso IV: Canárias — Salado 33
Política de D. Fernando 34
Aspectos culturais no 2.° Período 36

3.° Período — Expansão Ultramarina

A crise de 1383-1385 37
As Cortes de Coimbra 41
Continuação da luta pela independência 43
A nova dinastia e as transformações sociais 45
Desenvolvimento do poder real 46
Os Descobrimentos Marítimos — Causas gerais 50
Causas da acção preponderante dos Portugueses 52
Início da expansão marítima 54
Carácter científico dos Descobrimentos 56
Exploração da costa ocidental africana 57
Política marroquina — D. Afonso V 59

págs.

Descobrimento e colonização das ilhas do Atlântico ... 60
Demanda do caminho marítimo para a Índia 62
Viagens para Ocidente 65
O Império Português no Oriente 68
Colonização do Brasil 74
Viagem de Magalhães e questão das Molucas 76
Consequências dos Descobrimentos 77
O Renascimento e suas relações com os Descobrimentos 80
A Contra-Reforma e a Evangelização Ultramarina ... 83
Aspectos culturais no 3.º Período ... ... 89 e 90

4.º Período — Declínio

D. Sebastião e a sua época 91
Governo dos reis espanhóis 95
Reacção contra o domínio castelhano 98
Aspectos culturais no 4.º Período 102

5.º Período — Restauração e Reorganização Interna

Política de D. João IV 103
Regência da rainha D. Luísa de Gusmão 104
Acção do conde de Castelo Melhor 105
Época de D. Pedro II 107
Desenvolvimento do Brasil 110
Época de D. João V 112
D. José e o absolutismo pombalino 116
Época de D. Maria I 124
Aspectos culturais no 5.º Período ... ... 133 e 134

6.º Período — Constitucionalismo

Instauração do Regime Liberal 135
As Guerras Civis 140
D. Maria II — Últimas lutas e início do Fomento ... 145
A «Regeneração» 148
A Política Africana 150
Queda da Monarquia Constitucional 158
Aspectos culturais no 6.º Período 162

7.º Período — República

A República Parlamentar 163
A República Corporativa 167
Alguns aspectos culturais no último Período 174

Apêndice

Cronologia dos Reis e Presidentes de Portugal ... 177 a 182